

BOLETIM DE ANÁLISE DOS TRABALHOS DO MEC DURANTE A PANDEMIA

Nº 01/2021

COORDENADOR: Felipe Rigoni

RELATORA: Tabata Amaral

COORDENADORES TEMÁTICOS:

Prof. Israel Batista,

Tiago Mitraud

Eduardo Bismarck

Luísa Canziani

Aliel Machado

2. Índice

2.	<i>Índice</i>	2
3.	<i>Siglas e Abreviaturas</i>	3
4.	<i>Sumário Executivo</i>	5
	<i>Orçamento e Execução de Políticas</i>	5
	<i>Gestão Interna e de Recursos Humanos</i>	6
	<i>Enem</i>	6
	<i>Sobre o Boletim</i>	7
5.	<i>Introdução</i>	8
	<i>O Panorama da Educação Brasileira:</i>	8
6.	<i>Orçamento</i>	11
	<i>6.1. O Orçamento do Ministério da Educação e a baixa dotação orçamentária</i>	14
	<i>6.2. Recursos para o retorno às aulas e para programas-chave</i>	16
	<i>6.3. Restos a pagar (RAP) envolvendo o FNDE e o INEP</i>	19
	<i>6.4. Bloqueio em dotações ao longo de 2020: o PLN 30</i>	19
7.	<i>Gestão interna e de recursos humanos do MEC</i>	23
	<i>7.1. Número de ocupantes em funções comissionadas</i>	24
	<i>7.2. Funções comissionadas ocupadas por sexo</i>	28
	<i>7.3. Funções comissionadas ocupadas por escolaridade</i>	30
	<i>7.4. Cargos estratégicos ocupados por militares</i>	30
	<i>7.5. Rotatividade em cargos estratégicos</i>	31
	<i>7.6. Histórico e qualificação dos ocupantes de altos cargos no MEC (DAS 5 e DAS 6)</i>	35
	<i>7.6.1. Metodologia</i>	36
	<i>7.6.2. Áreas da Educação:</i>	36
	<i>7.6.3 Cargos na Administração Pública Direta e/ou Indireta do MEC:</i>	37
	<i>7.6.4. Atendeu as exigências estabelecidas no Decreto nº 9727/2019</i>	38
8.	<i>Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)</i>	40
	<i>8.1. Os olhares da CEXMEC para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):</i>	41
	<i>8.2. O ENEM em 2019</i>	42
	<i>8.2.1. Diagnóstico sobre a Comissão que analisou o Banco Nacional de Itens (BNI)</i>	42
	<i>8.3. ENEM 2020</i>	46
	<i>8.4. O ENEM 2020 foi um sucesso?</i>	48
9.	<i>Conclusão</i>	51
	<i>Anexo 1 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO MEC</i>	53

3. Siglas e Abreviaturas

Abin: Agência Brasileira de Inteligência	MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
ADM: Administração	MCid: Ministério da Cidadania
ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	MEC: Ministério da Educação
ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Federal	MFMDH: Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos
ANA: Avaliação Nacional de Alfabetização	MP: Medida Provisória
Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior	MS: Ministério da Saúde
Aneb: Avaliação Nacional de Educação Básica	Nº: Número
Anresc: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar	NES: Cargo de Natureza Especial
Art.: Artigo	Niv. Med.: Nível Médio
BNCC: Base Nacional Curricular Comum	Niv. Sup.: Nível Superior
BNC-Formação: Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica	OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
BNI: Banco Nacional de Itens	ONGs: Organizações Não Governamentais
Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	OS: Organização(ões) Social(is)
CEB: Câmara de Educação Básica	PAR: Plano de Ações Articuladas
Cefets: Centros Federais de Educação Tecnológica	PB: Paraíba
CF: Constituição Federal	PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola
CGFORP: Coordenação-Geral de Formação de Professores da Educação Básica	PE: Planejamento Estratégico
CGU: Controladoria Geral da União	PEC: Proposta de Emenda à Constituição
CMAP: Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais	Pecim: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
CNE: Conselho Nacional de Educação	PIB: Produto Interno Bruto
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PL: Projeto de Lei
COE/MEC: Comitê de Operação de Emergência do Ministério da Educação	PLN: Projeto de Lei do Congresso Nacional
Comex: Comissão Externa	PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
Conabe: Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências	PLP: Projeto de Lei Complementar
Conae: Conferência Nacional de Educação	PMALFA: Programa Mais Alfabetização
Consed: Conselho dos Secretários Estaduais de Educação	PNAIC: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
DAS: Direção e Assessoramento Superiores	PNE: Plano Nacional de Educação
DCNs: Diretrizes Curriculares Nacionais	PNLD: Programa Nacional do Livro e do Material Didático
DCNEM: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	PPA: Plano Plurianual
DEM: Democratas	Projeto de PPA: Projeto de Plano Plurianual
EaD: Educação a Distância	ProBNCC: Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum
Ebserh: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	Prodoc: Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
	Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
	Prouni: Programa Universidade para Todos
	PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

EC: Emenda Constitucional
 Ecim: Escolas Cívico-Militares
 EMTI: Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
 Enade: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
 Enem: Exame Nacional do Ensino Médio
 EPT: Educação Profissional e Tecnológica
 EUA: Estados Unidos da América
 FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo
 FEM.: Feminino
 Fies: Fundo de Financiamento Estudantil
 FIG.: Figura
 FInep: Financiadora de Estudos e Projetos
 FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 Fundaj: Fundação Joaquim Nabuco
 Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
 Fundef: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
 GAB: Gabinete
 IBC: Instituto Benjamin Constant
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Ibope: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
 Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IES: Instituição de Ensino Superior
 Ifes: Instituições Federais de Ensino Superior
 Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
 INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos
 IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
 ISF: Idioma sem Fronteiras
 LBI: Lei Brasileira de Inclusão
 LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 LOA: Lei Orçamentária Anual
 LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
 MASC.: Masculino
 PT: Partido dos Trabalhadores
 Renabe: Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências
 REQ: Requerimento
 RIC e RI: Requerimento de Informação
 Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica
 Sase: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
 Sealf: Secretaria de Alfabetização
 SEB: Secretaria de Educação Básica
 Secadi: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
 Seges: Secretaria de Gestão
 Semesp: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
 Seres: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
 SESu: Secretaria de Ensino Superior
 Setec: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Sinaes: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
 Siop: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SiSU: Sistema de Seleção Unificada
 SNE: Sistema Nacional de Educação
 STF: Supremo Tribunal Federal
 STN: Secretaria do Tesouro Nacional
 TO: Tocantins
 TCU: Tribunal de Contas da União
 UAB: Universidade Aberta do Brasil
 Uerj: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 UFG: Universidade Federal de Goiás
 UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora
 UFMT: Universidade Federal do Mato Grosso
 Undime: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
 UOs: Unidades Orçamentárias
 USP: Universidade de São Paulo

4. Sumário Executivo

Em 2020, a crise sanitária causada pela pandemia do COVID-19 obrigou estados, municípios e a União a adotarem mudanças emergenciais em seus orçamentos e na gestão das políticas públicas, e essa realidade não foi diferente no campo da educação. A pandemia evidenciou e potencializou crises estruturais como a desigualdade educacional e de acesso às tecnologias digitais, bem como o crescente aumento da evasão escolar, exigindo do Ministério da Educação, do Poder Executivo e do Congresso Nacional a adoção de estratégias rápidas e complexas.

Orçamento e Execução de Políticas

1. A resposta do governo federal à crise no sistema educacional ficou **muito aquém do esperado** e a paralisa da gestão fica ainda mais evidente quando se analisam os números orçamentários. Nota-se uma **queda abrupta e inexplicável do fluxo dos recursos federais em diferentes áreas da educação** , em um ano em que o orçamento federal da educação deveria ser revisto para dar conta dos novos desafios, como conectividade dos estudantes e implementação dos protocolos de biossegurança;
2. No orçamento da **Educação Básica, quase todas as ações orçamentárias tiveram redução do** orçamento autorizado e empenhado em 2020, com destaque para a ação 20RP, de apoio à infraestrutura para a educação básica, que teve queda de 59,2% (R\$ - 1,6 bilhões);
3. No orçamento da **Educação Profissional e Tecnológica, ações importantes como o apoio à expansão, reestruturação e funcionamento das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica tiveram cortes na dotação orçamentária de até 67%** (- R\$ 172,7 milhões na ação orçamentária de apoio à expansão e reestruturação e - R\$ 21,8 milhões na ação orçamentária que envolve o apoio ao funcionamento da Educação Profissional);
4. Quanto à **Educação Superior, é fator de preocupação a queda de quase 70%** (- R\$134,2 milhões) **do recurso autorizado para o apoio ao funcionamento das universidades federais** ;
5. Em relação a **programas estratégicos do MEC** :
 - a. Conforme dados enviados pelo MEC, para o Programa **Educação Conectada¹** , foram **empenhados R\$ 100,3 milhões, menos que a metade (45,1%) dos recursos utilizados pelo programa em 2019** ;
 - b. **Estados e municípios** também contaram com **orçamento reduzido** em relação a 2019 para a **realização do Enem (-14,4%)** ;
 - c. Para o **fomento do ensino médio integral e a oferta de bolsas de pós-graduação** , foram empenhados, respectivamente, -41,9% e -50,8% dos recursos para essas iniciativas em 2020;
 - d. No que diz respeito à **política de educação de jovens e adultos (PEJA)** , nota-se um sucateamento preocupante das políticas: **o valor destinado à subfunção 366 (Educação de Jovens e Adultos) representou apenas 30% do total autorizado em 2019. Os**

1. Visa a ampliação de conexão das escolas à internet.

montantes autorizados para o MEC, nos últimos anos, vêm caindo consideravelmente, **saindo de 65,7 bilhões, em 2018, para 25,6 bilhões em 2019** - demonstrando a falta de prioridade da pasta para essa política;

6. Com o **PLN 30/2020**, o governo restringiu - ao longo do ano de 2020 - o orçamento do Ministério a níveis ainda mais baixos. A **Ação 0509**, imprescindível para o desenvolvimento da educação básica, foi a mais afetada com **corte de mais de R\$700 milhões** e a ação que custeava a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos da educação básica (**Ação 20RQ**), **teve 15% do seu orçamento autorizado cortado**.

Gestão Interna e de Recursos Humanos

1. O Ministério da Educação apresenta **dificuldade para preencher os cargos estratégicos**, fundamentais para a coordenação das políticas públicas
 - a. Em especial, **nota-se uma dificuldade constante e maior que a usual do FNDE** em manter todos os seus cargos preenchidos e operantes. **Há vacâncias preocupantes nas Coordenações de Auditoria de Programas**, responsável pelo controle interno e combate à corrupção no órgão, **Coordenação de Infraestrutura Educacional**, **Coordenação de Operacionalização do FUNDEB** e **Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios** - causa provável para o atraso no pagamento de parcelas do bolsa permanência para estudantes atendidos pelo Programa Universidade para Todos (PBP-Prouni);
 - b. Ainda no que tange ao Fundeb, é necessário ressaltar o erro cometido pelo FNDE, ao transferir cerca de R\$ 766 milhões de forma equivocada a três estados e seus respectivos municípios na primeira parcela de complementação ao Fundeb em janeiro de 2021. O prejuízo aos cofres públicos foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão.
2. Foi identificado **um salto de 600% no número de militares** ocupando funções comissionadas na Administração Direta do MEC no início do governo Bolsonaro, que saltou de 3 para 21;
3. A gestão do Ministério da Educação apresentou **intensa troca de pessoas em cargos estratégicos durante a gestão Bolsonaro**, o que evidencia a **baixa capacidade da administração em reter talentos, impactando na estabilidade e na qualidade das políticas**;
4. Finalmente, de maneira geral, a análise de currículos dos ocupantes dos cargos estratégicos do governo Bolsonaro aponta para **ocupantes menos qualificados do que em gestões anteriores**, com **relativa baixa experiência com a área de educação** e com **poucos gestores da carreira do Ministério da Educação** (e de suas Autarquias).

Enem

1. Foi estabelecida uma **Comissão que analisou de forma não objetiva o Banco Nacional de Itens (BNI) em 2019** e que pautou suas análises de forma discricionária, sem a presença da equipe técnica do Inep nas reuniões, e utilizou-se de justificativas sem embasamento técnico e teórico para desaconselhar itens;
2. O **ENEM 2020** foi marcado pela **alta taxa de abstenção** de candidatos nos dias de aplicação, **a maior desde 2009**, chegando a **55,3%** do total de candidatos confirmados no segundo dia do Enem Impresso e **71,3%** na primeira edição do Enem Digital;

3. Além da alta taxa de abstenção, o Enem apresentou **graves problemas**, no que se concerne ao planejamento e **logística do Exame**, e até mesmo na **adoção de medidas de segurança sanitárias nas datas de aplicação**. A afirmação do governo de que o **Enem 2020 foi um sucesso deve ser vista com muita cautela**.

Sobre o Boletim

O 3º Boletim da Coalizão Parlamentar de Acompanhamento do MEC analisa o orçamento do Ministério da Educação, o quadro de gestão de pessoas e o planejamento e a aplicação do Enem 2020 no contexto da pandemia e pretende colaborar com o entendimento e com a qualidade das políticas públicas levadas a cabo pelo Ministério, bem como informar a população sobre os rumos da gestão da educação no país.

O boletim, que condensa os aprendizados e trocas de diálogo constante com o Ministério, objetiva apoiar, acompanhar e dar ampla publicidade às políticas públicas realizadas no país e à gestão do Ministério da Educação, a fim de dar publicidade aos impactos da crise social e educacional causada pelo COVID-19. Fazem parte do Grupo de Parlamentares que coordenam este trabalho Aliel Machado, Eduardo Bismarck, Felipe Rigoni, Professor Israel Batista, Luísa Canziani, Tabata Amaral e Tiago Mitraud.

5. Introdução

O Grupo de Parlamentares composto por Felipe Rigoni, Tabata Amaral, Aliel Machado, Eduardo Bismarck, Professor Israel Batista, Luísa Canziani e Tiago Mitraud entrega à sociedade brasileira o terceiro boletim de acompanhamento do MEC na pandemia do coronavírus com o objetivo de monitorar e avaliar a execução orçamentária do Ministério da Educação, o seu quadro de Gestão de Pessoas e o planejamento e a execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no período de pandemia do novo coronavírus.

No ano de 2020², esse grupo realizou, de forma conjunta ou contando com a maioria dos membros: 8 (oito) reuniões técnicas com o MEC e com o CNPq; 2 (dois) boletins; 8 (oito) webinários; 16 (dezesesseis) Requerimentos de Informação; 6 (seis) notas de posicionamento; 2 (dois) projeto de decreto legislativo com a finalidade de retificar portarias ou decisões internas do Ministério e 9 (nove) emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30/2020. No início de 2021, o Grupo de Parlamentares continuou as suas atividades de acompanhamento do Ministério, tendo até o momento, realizado: 1 (uma) reunião técnica com o Presidente do Inep para tratar da aplicação do Enem 2020³ e 4 Requerimentos de Informação que buscam respostas do MEC sobre o retorno às aulas nos diversos níveis e modalidades educacionais.

Neste terceiro boletim, serão abordadas as seguintes temáticas:

1. Orçamento do Ministério da Educação;
2. Gestão Interna e de Recursos Humanos do MEC;
3. Enem 2020.

O Panorama da Educação Brasileira:

Entre a entrega do 2º Boletim elaborado por esse grupo de Parlamentares, em agosto de 2020, e a realização deste documento, o cenário da educação brasileira passou por mudanças e continuidades. Diante disso, é necessário estabelecer um breve panorama que contextualize esses marcos importantes.

Em primeiro lugar, o Congresso Nacional aprovou o novo Fundeb e o seu projeto de regulamentação. O novo Fundeb apresenta incentivos para o avanço de indicadores de qualidade educacional, apresenta mecanismos de transparência para melhor fiscalização do uso dos recursos do Fundo por estados e municípios, visa a redução da desigualdade educacional e prioriza a Educação Infantil em seus repasses. É necessário, porém, que matérias que ficaram pendentes no processo de regulamentação do Fundo sejam abordadas e atualizadas ainda este ano.

Cabe ainda considerar o envio ao Congresso Nacional do PLN 30/2020, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$6.118.751.868,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O remanejamento retirou do MEC cerca de R\$ 1,4 bilhão de seu orçamento, atingindo em especial o programa de Educação Básica de Qualidade (Ação 5011) que deixou de contar com cerca de R\$ 1 bilhão. Além disso, programas de Educação Profissional e Tecnológica (Ação 5012) e também de Educação Superior (Ação 5013) sofreram baixas significativas. Os maiores impactos concentraram-se nas ações programáticas de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (mais de R\$ 700 milhões), de Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica (cerca de R\$ 298 milhões)

² https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1Igg_AeBqiFQvZdGKdi_XYmPeWZjPKYnu

³ https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1mf3HzTSmbIp2ePwKqtgk_3s0KKGv74ER

e de Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica (R\$115 milhões). Este boletim trará maiores detalhamentos sobre o PLN 30/2020 na seção “orçamento”, mas deve-se considerar que, até o momento, os recursos remanejados do Ministério da Educação não foram devolvidos em sua totalidade.

Houve também a aplicação do Enem 2020 entre janeiro e fevereiro de 2021. Com um alto número de abstenções, denúncias envolvendo o não cumprimento dos protocolos sanitários e falhas na logística nos dias de aplicação, pondera-se que a edição de 2020 não deve ser vista como bem sucedida. Pelo contrário: as falhas e os problemas encontrados em todo o planejamento e aplicação do Exame (e que serão abordados neste Boletim) devem ser analisados de forma minuciosa pelo Inep, que planeja aplicar a edição do Enem em 2021 entre novembro e dezembro.

Ainda sobre avaliações e indicadores educacionais, é um ponto de atenção que o Grupo de Trabalho - GT, denominado "Novo Ideb", cujo objetivo é o de elaborar estudo técnico para subsidiar a atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, esteja atualmente sob responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério⁴. Tradicionalmente, estudos sobre o Ideb eram de atribuição do Inep - autarquia que conta com a presença de estatísticos e pesquisadores com experiência em avaliações educacionais. Essa decisão coloca em dúvida a capacidade da SE/MEC de conduzir um estudo estratégico e técnico para a avaliação do nível educacional dos estudantes brasileiros. Além disso, é uma medida perigosa, capaz de descaracterizar a finalidade do indicador - atualmente o principal instrumento de avaliação da qualidade da educação básica no Brasil. Ainda, pode promover um aumento de custos relacionados ao estudo e planejamento do Ideb, prejudicar o repasse de recursos de forma distributiva, conforme estabelece a Lei do Novo Fundeb⁵ e acarretar em retrabalho e ineficiência. A Portaria também desconsidera a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE)⁶, que estabelece no Art. 11 § 4º que cabem ao Inep a elaboração e o cálculo do Ideb e dos indicadores referidos no § 1º, referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), podendo a mudança inclusive impedir que se avaliem as metas estipuladas do Ideb, tendo 2021 como o último ano de coleta de informações para este ciclo.

Deve-se ainda considerar que a nova Portaria do Ministério da Educação dilui um Grupo de Trabalho anteriormente estabelecido⁷ e que contava com a participação de estatísticos e pesquisadores de avaliação educacional do Inep, de membros do Conselho Nacional de Educação, de Secretários do próprio Ministério e de representantes e Secretários de estados e municípios. Especialistas ou representantes de entidades da sociedade civil também poderiam ser convidados para colaborar com o estudo. Agora, com a SE/MEC na coordenação deste novo grupo de trabalho, não é possível saber quais atores farão o estudo de revisão e de atualização do Ideb, quais critérios técnicos serão adotados para a coleta das informações e qual é o cronograma de apresentação deste estudo.

Salienta-se a falta de transparência sobre o processo decisório do Comitê Operativo Emergencial (COE/MEC), criado logo no início da pandemia pelo Ministério da Educação e que congrega as diversas Secretarias do órgão, associações de representação da Educação Superior e dos Institutos Federais e entidades que representam os entes federados, como o caso do Consed e da Undime. A fim de atender as recomendações presentes no 1º boletim, este Grupo de Parlamentares solicitou ao Ministério tornar pública as atas, as decisões e o monitoramento das medidas adotadas pelo COE/MEC, além do fortalecimento do mesmo como uma instância de cooperação federativa via Decreto e/ou Portaria. Ao ser questionado sobre o andamento das duas recomendações, com base no RIC 1070/2020⁸, o MEC não respondeu sobre o

4 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-119-de-11-de-marco-de-2021-309299318>

5 Lei 14.113/2020: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>

6 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

7 Portaria nº 556, de 02 de outubro de 2020

8 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1936500

andamento das sugestões. Logo, não é possível obter respostas sobre o papel do Comitê na gestão da crise educacional e nem tampouco, como anda sendo a participação das entidades na tomada de decisão.

Por fim, observa-se a dificuldade da retomada das aulas em formato de ensino híbrido pelos entes federados neste período de pandemia. Entende-se que a reabertura das escolas é necessária, mas deve ser feita de maneira gradual, respeitando todos os protocolos sanitários e de segurança, com ampla participação do Poder Público, da comunidade escolar e das autoridades de saúde e com um planejamento baseado em evidências científicas e maciço investimento em políticas públicas que possibilitem um retorno seguro. Cabe ao MEC o papel de coordenar, em conjunto com estados e municípios, este retorno por meio de protocolos de saúde, de investimento financeiro, de um acompanhamento em tempo real a fim de levantar as principais demandas e possibilitar soluções para as dificuldades encontradas pelos entes federados, além de sempre se pautar pelo diálogo com os estados e municípios e com o Congresso Nacional.

6. Orçamento

Pontos principais:

- Apesar do envio de cinco MPs ao Congresso Nacional, contendo créditos extraordinários para a área da educação, nota-se uma queda abrupta do fluxo dos recursos federais em diferentes áreas da educação, em um ano em que o orçamento federal da educação deveria ser revisto para dar conta dos novos desafios como conectividade dos estudantes e implementação dos protocolos de biossegurança;
- Dentre as reduções, destaca-se a ação orçamentária 20RP, de apoio à infraestrutura para a educação básica, cujo déficit foi de R\$ 1.603.820.444 bilhões (queda de 59%);
- Na Educação Profissional e Tecnológica, ações importantes como o apoio à expansão, reestruturação e funcionamento das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica tiveram cortes na dotação de até 67%. A execução do recurso pelos Institutos, no que tange às ações para essa finalidade alocadas na Administração Direta (MEC), foi de no mínimo 92%;
- Quanto à Educação Superior, é fator de preocupação a queda de quase 70% do recurso autorizado para o apoio ao funcionamento das universidades federais. Tal ação é de extrema relevância para a manutenção dessas instituições. Os recursos para o apoio à expansão e reestruturação e ao fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão também diminuíram, mas em um percentual bem menor que a ação de funcionamento;
- No que envolve programas estratégicos do Ministério da Educação, para o Programa Educação Conectada, foram empenhados 100,3 milhões, menos que metade (45,1%) do que foi executado em 2019. Estados e municípios também contaram com orçamento reduzido em relação a 2019 para a realização do Enem (-14,4%). Para o fomento do ensino médio integral e a oferta de bolsas de pós-graduação, foram empenhados respectivamente -41,9% e -50,8% dos recursos para essas iniciativas em 2020;
- Já no que envolve a política de educação de jovens e adultos (PEJA), a subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresentou execução orçamentária (valores liquidados) de 100% no ano de 2020, porém esse valor representou apenas 30% do total autorizado em 2019. Os montantes autorizados para o MEC, quanto às ações abrangidas pela subfunção, nos últimos anos, vêm caindo consideravelmente, saindo de 65,7 bilhões, em 2018, para 25,6 bilhões em 2019;
- Com a aprovação do PLN 30/2020, a ação 0509 (Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica) foi a mais afetada. Some-se a isso o fato de essa ação ter seu orçamento autorizado diminuído em relação a 2019 (-9,91%). Atrás dela, a ação 20RQ, que custeia a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos da educação básica, teve 15% do seu orçamento autorizado cortado pelo PLN;
- Ainda sobre o PLN 30/2020, a educação profissional e tecnológica também foi alvo de expressivos cortes. As ações de apoio à expansão e reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica e de fomento aos sistemas estaduais de ensino profissionalizante correspondem a 17% do valor total cancelado pelo PLN.

A pandemia do novo coronavírus demandou do país respostas rápidas e complexas, que dessem conta das excepcionais necessidades e desafios que surgiram como efeito desse atípico cenário. O Orçamento da União não ficou imune aos acontecimentos e precisou de adaptações para fazer frente ao combate à doença.

Conforme estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira⁹, a dotação destinada ao combate ao novo coronavírus foi de 604,8 bilhões, grande parte desse valor destinado ao auxílio emergencial (53,2%).

No que tange à Educação, em 2020, foram editadas cinco Medidas Provisórias – MPs 924, 941, 942, 989 e 1001¹⁰ – para abertura de créditos extraordinários, em favor da Pasta, na ação orçamentária 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

O valor total concedido foi de R\$ 795,3 milhões e, conforme dados enviados pelo Ministério da Educação, grande parcela desse recurso, R\$ 289.629.643,00, foi para os hospitais vinculados à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Já 25% dos recursos extraordinários foram direcionados às universidades federais, por meio de destinação direta ou via MEC - Administração Direta (UO 26101).

As medidas provisórias 989 e 924 tiveram os prazos de vigência encerrados antes de serem apreciadas pelo Congresso Nacional, porém, chegaram a produzir efeitos durante a validade das normas. De acordo com o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), no âmbito da programação orçamentária do MEC, foram empenhados e pagos, respectivamente, R\$ 193.789.553 e 183.926.296, no tocante à MP 924 e R\$ R\$ 1.321.131 e R\$ 407.262, referente à MP 989.

As medidas provisórias 941 e 942 foram convertidas nas Leis nº 14.032/2020¹¹ e nº 14.033/2020¹², respectivamente. A MP 1001 perdeu a eficácia no dia 23 de fevereiro. Essas três normas, de um lado, acresceram recursos autorizados para a programação do MEC no montante de R\$ 532.867.004. Por outro lado, as dotações propostas para cancelamento nas programações do MEC pelos referidos créditos somaram R\$ 680.290.774. Desse modo, esses créditos extraordinários resultaram ao MEC uma redução de R\$ 147.423.770 na LOA 2020, na forma proposta.

Conforme o INEP¹³, a MP 1001 abriu crédito em favor da autarquia no valor de R\$ 178.566.289,00 para atender às demandas extraordinárias ocasionadas pela pandemia, como a implementação de medidas de segurança na aplicação do Enem e Encceja e a realização do Revalida em 2020.

Quanto à origem dos valores cancelados no âmbito do MEC nos créditos extraordinários, os indicados na MP 941 (Lei 14.032/20) são oriundos de recursos das emendas de bancada estadual, de execução obrigatória (identificador de Resultado Primário - RP 7); nas MPs 942 (Lei 14.033/20) e 924 (prazo de vigência encerrado), de emendas de relator-geral do projeto de lei orçamentária anual (RP 9); e na MP 989 (prazo de vigência encerrado), de emendas individuais de execução obrigatória (RP 6).

A tabela a seguir mostra o comportamento na LOA 2020 das ações orçamentárias do MEC que figuraram nos créditos extraordinários em análise. A coluna LOA 2020 exibe os valores aprovados na lei orçamentária.

9 Raio X Combate à COVID-2019 (2020 consolidado), atualizado até 24/2/21, disponível no link: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento-previdencia/raio-x-do-covid-2019%20-%202020%20Consolidado>

10 MP 924 disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141104>

MP 941 convertida na Lei nº 14.032, de 4 de agosto de 2020, disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14032.htm

MP 942 convertida na Lei nº 14.033, de 4 de agosto de 2020, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14033.htm

MP 989 disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/143319>

MP 1001 disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/144685>

11 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14032.htm

12 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14033.htm

13 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961038

Os autorizados refletem os aprovados, incluindo os créditos adicionais. A última coluna mostra a diferença entre os valores autorizados e as dotações inicialmente aprovadas:

**Ações orçamentárias do MEC envolvidas em créditos extraordinários -
LOA 2020**

AÇÃO	LOA 2020	AUTORIZADO 2020	EMPENHADO LIQUIDADO 2020	PAGO 2020	AUTORIZADO - LOA
0048 - Apoio A Entidades De Ensino Superior Não Federais	89.688.065	57.087.041	51.846.068	0	-32.601.024
0509 - Apoio Ao Desenvolvimento Da Educação Básica	1.517.268.916	696.621.134	693.912.263	266.741.249	-820.647.782
0E53 - Aquisição De Veículos Para O Transporte Escolar Da Educação Básica - Caminho Da Escola	220.715.935	175.544.105	175.127.814	3.553.410	-45.171.830
15R4 - Apoio À Expansão, Reestruturação E Modernização Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	214.412.578	83.982.379	81.775.992	6.525.886	-130.430.199
20RL - Funcionamento Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	14.343.357	0	0	0	-14.343.357
20RP - Apoio À Infraestrutura Para A Educação Básica	1.687.221.030	1.102.359.207	1.101.108.691	110.083.501	-584.861.823
219U - Apoio Ao Funcionamento Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	12.446.160	25.336.500	23.212.086	5.452.749	12.890.340
219V - Apoio Ao Funcionamento Das Instituições Federais De Educação Superior	132.073.275	59.607.237	58.985.648	12.074.436	-72.466.038
21C0 - Enfrentamento Da Emergência De Saúde Pública De Importância Internacional Decorrente Do Coronavírus	0	263.403.998	227.779.955	64.654.173	263.403.998
TOTAL	3.888.169.316	2.463.941.601	2.413.748.517	469.085.403	-1.424.227.715

Elaboração Conof/CD. Fonte: SIOF Gerencial - Execução Orçamentária. Consulta em 7/2/2021 11:21

Do exame da tabela acima, no cotejo entre os valores autorizados e os inicialmente aprovados na LOA 2020, verifica-se que as dotações que sofreram maiores reduções foram as 0509 (-R\$ 820,6 milhões), 20RP (-R\$

584,9 milhões) e 15R4 (-R\$ 130,4 milhões); as ações 21C0 (+R\$ 263,4 milhões) e 219U (+R\$ 12,9 milhões) foram as únicas que tiveram valores acrescidos¹⁴.

As reduções nas ações orçamentárias 0509 e 20RP, as maiores apresentadas no quadro acima, preocupam o Grupo de Parlamentares, visto que o corte destes recursos dificulta a efetiva implementação das políticas públicas educacionais voltadas a esse nível de ensino. Tais recursos poderiam auxiliar estados e municípios na adequação da infraestrutura das escolas de Educação Básica para a retomada de aulas presenciais, a partir de medidas como disponibilização de máscaras e álcool em gel 70% e para a ampliação de espaços visando o distanciamento entre estudantes. São recursos que poderiam auxiliar ainda os entes federados na adequação de seus currículos com a BNCC, para compra de equipamentos tecnológicos visando ampliar a conectividade e para o fomento do Programa Ensino Médio em Tempo Integral.

6.1. O Orçamento do Ministério da Educação e a baixa dotação orçamentária

As tabelas a seguir mostram as dotações de ações alocadas nas unidades orçamentárias da Administração Direta (MEC), FNDE, CAPES, INEP, universidades e institutos federais nas leis orçamentárias dos exercícios de 2019 e 2020. As ações exibidas são apenas dos programas finalísticos¹⁵, ou seja, os ligados à atividade temática dos órgãos.

No âmbito da Educação Básica (Anexo - Tabela 1), quase todas as ações tiveram redução de orçamento autorizado e empenhado em 2020. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) teve empenho de quase todo o valor autorizado, no entanto, este valor foi menor que o aportado em 2019. Ações que atendem ao Plano de Ações Articuladas (PAR) também operaram com valores reduzidos; a ação 20RP, por exemplo, teve menos que a metade da dotação autorizada em 2019, tendo, por essa razão, o valor empenhado em 2020 caído 42% em relação ao ano anterior (-791,4 milhões empenhados e liquidados). Merece destaque o percentual de empenho e liquidação dessas ações pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que foi de no mínimo 88%, tendo muitas ações alcançado quase 100%. Conforme dados fornecidos pelo FNDE¹⁶, o Orçamento 2020 autorizado para a autarquia ficou em 52,1 bilhões, com execução de 91% desse montante. Importante destacar que o valor autorizado na LOA 2020 caiu 6,3 bilhões em relação a 2019.

Na Educação Profissional e Tecnológica (Anexo - Tabela 2), ações importantes como o apoio à expansão, reestruturação e funcionamento das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica tiveram cortes na dotação de até 67%. A execução do recurso pelos Institutos, no que tange às ações para essa finalidade alocadas na Administração Direta (MEC)¹⁷, foi de no mínimo 92%. O recurso para essas

14 As ações 0509 e 20RP atendem a iniciativas da educação básica, ao passo em que 15R4 e 219U destinam recursos aos institutos federais

15 Programas finalísticos/temáticos no âmbito do MEC analisados: a) Na LOA 2018 e 2019: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos; e b) Na LOA 2020: Programas 5011 - Educação Básica de Qualidade; 5012 - Educação Profissional e Tecnológica e 5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

16 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961038

17 Os recursos para a expansão e reestruturação, bem como para o funcionamento da rede federal de educação profissional e tecnológica podem ser alocados em ações de responsabilidade da unidade orçamentária do Ministério da Educação (Administração Direta – UO 26101) e dos institutos federais (UO do instituto). No primeiro caso, tem-se as ações 15R4 - Apoio à Expansão,

iniciativas alocadas diretamente nas unidades orçamentárias dos institutos, por meio das ações 20RG e 20RL, foi de R\$ 284.655.357 milhões (20RG) e R\$ 1.881.829.082,00 bilhão (20RL) com empenho liquidado de R\$ 63.538.752,81 milhões (20RG) e R\$ 1.030.067.377,30 bilhão (20RL).

É preciso ressaltar que, embora as ações “6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica” e “8652 - Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” não possuam recursos na LOA 2020, as ações “21B3 - Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” e “21B4 - Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica” possuem escopos similares e passaram a figurar na LOA 2020 nas UOs 26101 e 26298, respectivamente. Infere-se que essas duas últimas substituíram as duas primeiras.

Quanto à Educação Superior (Anexo - Tabela 3), é fator de preocupação a queda de quase 70% do recurso autorizado para o apoio ao funcionamento das universidades federais. Tal ação é de extrema relevância para a manutenção dessas instituições. Os recursos para o apoio à expansão e reestruturação e ao fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão também diminuíram, mas em um percentual bem menor que a ação de funcionamento. Para essas ações e quase a totalidade das demais constantes no programa 5013 (Educação Superior), as universidades realizaram execução acima de 91%, no que tange às ações para essa finalidade alocadas na Administração Direta (MEC)¹⁸. O recurso para essas ações alocados diretamente nas unidades orçamentárias das universidades, por meio das ações 8282 e 20RK, foi de R\$ 758.777.478 milhões (8282) e R\$ 4.314.758.911,00 bilhões (20RK), com empenho liquidado de R\$ 451.380.040,38 milhões (8282) e R\$ 2.641.244.169,55 bilhões (20RK).

A ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus foi criada em 2020 para atender ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus por meio de recursos oriundos de créditos adicionais (Anexo - Tabela 4).

Ações executadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) seguem o padrão do Orçamento do MEC (Anexo - Tabela 5), com dotação autorizada menor em 2020. O empenho, conseqüentemente, teve queda, atingindo -87% nos recursos destinados à realização do Censo da Educação Superior. A execução realizada pelo INEP do recurso já previsto também foi baixa, ficando no máximo em 79% em uma das ações orçamentárias (Censo Escolar da Educação Básica). Conforme o

Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e 219U - Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No segundo caso, tem-se as ações 20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e 20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ressalte-se que os recursos são alocados em unidades orçamentárias diferentes (MEC ou diretamente no instituto), conforme a ação, mas a responsabilidade de empenho é do instituto beneficiário.

¹⁸ Os recursos para a expansão e reestruturação, bem como para o funcionamento universidades federais podem ser alocados em ações de responsabilidade da unidade orçamentária do Ministério da Educação (Administração Direta – UO 26101) e das universidades federais (UO da universidade). No primeiro caso, tem-se as ações 15R3 - Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior e 219V - Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior. No segundo caso, tem-se as ações 8282 - Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior e 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior. Ressalte-se que os recursos são alocados em unidades orçamentárias diferentes (MEC ou diretamente na universidade), conforme a ação, mas a responsabilidade de empenho é da universidade beneficiária.

Instituto, a execução total do órgão ficou em 62,2% do orçamento autorizado¹⁹ em decorrência de alterações nos cronogramas dos exames de sua responsabilidade, devido à pandemia e consequentes impactos gerados nos procedimentos licitatórios e contratações.

A respeito da baixa execução de recursos discricionários pelo MEC, que culminaram no cancelamento de programações da Educação pelo Ministério da Economia segundo o Ministro da Educação²⁰, a SPO ressaltou que a alocação de recursos nos identificadores de resultado primário RP 8 (Emendas de Comissão) e RP 9 (Emendas de Relator Geral), bem como a alocação de recursos no órgão orçamentário 93000, receitas de operações de créditos e programações de despesas correntes primárias condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos, conforme o inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, afetaram o ritmo de execução das programações.

Políticas essenciais do MEC, como a educação de Jovens e Adultos (EJA) e o apoio à infraestrutura, desenvolvimento e formação na educação básica e à expansão, reestruturação, modernização e funcionamento das instituições federais de ensino, foram em sua quase totalidade enquadradas nesses RPs, o que provocou o engessamento nos procedimentos envolvidos na execução desses recursos. Além disso, conforme o setor orçamentário do Ministério, houve carência de orientações quanto a esses procedimentos de execução. Soma-se a isso os 14,4 milhões cancelados pelo PLN 30/2020.

O Orçamento condicionado foi outro agravante para a execução da Pasta, que teve até mesmo despesas primárias obrigatórias alocadas no órgão 93000. Houve autorização dessas programações apenas no final do primeiro semestre²¹, prejudicando sobremaneira o ritmo de execução orçamentária da Pasta.

Para 2021, conforme a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, as despesas discricionárias do MEC no PLOA 2021 somaram R\$ 18.780,0 milhões, uma redução de 18,2% em relação à LOA 2020 (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), que previa R\$ 22.967,4 milhões. Em agosto, esse percentual caiu para 13,1%, após ampliação autorizada pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), de 896,5 milhões. Tendo como referência as universidades e institutos federais, o percentual de redução ficou em 16,1% e 16,5% respectivamente.

6.2. Recursos para o retorno às aulas e para programas-chave

Conforme a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, os recursos do orçamento de 2020 transferidos aos entes subnacionais, para fazerem frente ao enfrentamento da Covid-19, somaram R\$ 444 milhões²². Não foi especificado, no entanto, o valor para cada ação para que se pudesse avaliar quais as iniciativas mais atendidas por essa parcela destinada ao combate à pandemia²³.

19 Dados atualizados até 17 de dezembro de 2020.

20 <https://www.youtube.com/watch?v=sLzNiYb6g0E>

21 Lei nº 14.008, de 2 de junho de 2020.

22 Nota Técnica nº 108/2020/GAB/SPO/SPO, de 22 de dezembro de 2020, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC).

23 A planilha enviada pela SPO/MEC, em resposta ao RIC nº 1.610/2020, informa os programas e ações atendidos de forma geral quanto às transferências a estados e municípios, que foi de R\$25,4 bilhões. No entanto, não especifica em quais ações foram

No que envolve a Educação Superior, a SESU/MEC informou que, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), criou o Projeto Alunos Conectados para garantir acessibilidade aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica às atividades acadêmicas, que estão sendo oferecidas de forma remota. No total, foram aportados 28 milhões para fornecer Internet a estudantes com renda de até 0,5 salário mínimo por um período de seis meses, podendo as instituições contratarem planos adicionais, com recursos próprios, via Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A RNP é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e é responsável por promover o uso inovador de Tecnologias da Informação e Comunicação, para o impulsionamento da ciência e da educação. Após consulta do MEC às Universidades e aos Institutos Federais para identificar alunos na situação acima mencionada, a RNP fez a gestão de soluções de conectividade sem fio (rede móvel de dados) à Internet, pela contratação de operadoras móveis, para o atendimento dos estudantes que não dispunham de conexão fixa ou móvel adequada para as atividades letivas ofertadas por meio de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação (TICs) ou outros meios convencionais.

Já no que tange a Educação Básica, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) prestou informações sobre o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), que tem como objetivo promover a universalização do acesso à Internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. O programa foi instituído em 2017 e desde então teve 464,1 milhões empenhados. A SEB citou também a instituição do Programa Dinheiro Direto na Escola Emergencial (PDDE Emergencial), visando atender às necessidades dos entes quanto aos protocolos de segurança para a retomada das atividades presenciais. Conforme a Secretaria, 672 milhões foram empenhados para o atendimento a mais de 28 milhões de alunos. Ainda foram citados o Projeto Norte Conectado²⁴, que visa implantar um cinturão óptico para infraestrutura de rede de transporte de dados de alta capacidade e baixa latência, por meio de um sistema de cabos de fibra óptica fluviais, para atender localidades na região Norte. O projeto ainda não está concluído²⁵ e tem expectativa de atender a 2.200 escolas e a 1.700.000 alunos. A Secretaria destacou ainda as duas plataformas digitais de formação continuada dos profissionais da educação básica para o uso de TICs e acesso a recursos educacionais digitais (REDs). As plataformas possuem também recursos complementares para os professores empregarem em suas atividades remotas. Não foram prestadas informações sobre os recursos ofertados especificamente para essas duas últimas iniciativas (Projeto Norte Conectado e plataformas digitais).

A respeito de programas e políticas fundamentais para o desenvolvimento da educação no país, solicitou-se informações sobre a execução de recursos para ações que atenderam Educação Conectada, Enem, Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e concessão de bolsas de pesquisa de pós-graduação. Conforme planilha enviada pela SPO/MEC, destes, apenas o PNAE teve aumento de execução, tendo os demais queda nos empenhos realizados. Para a Educação Conectada, foram empenhados R\$ 100,3 milhões, por meio de transferências do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), menos que a metade (45,1%) executada em 2019. Estados e municípios também contaram com orçamento

aportados os R\$444 milhões. Todas as planilhas enviadas pelo MEC podem ser acessadas pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1YBnvEVZG8jSrnVN0j28PyJ8u-mwPR95z>

²⁴ Conforme a Secretaria, essa infraestrutura tem por objetivo atender uma demanda reprimida por comunicação, incluindo a ampliação do acesso à Internet, melhoria da segurança e a redundância das redes terrestres existentes na região Norte, por meio de um sistema de alta capacidade, com elevada confiabilidade e disponibilidade, para fomentar o escoamento do tráfego de dados das instituições públicas dos setores da Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça, executivo Municipal, Estadual e Federal, bem como das operadoras de telecomunicações e os provedores de acesso à Internet em bandas largas locais.

²⁵ Não foi informado prazo para a implementação plena do projeto.

reduzido em relação a 2019 para a realização do Enem (-14,4%). Para o fomento do ensino médio integral e a oferta de bolsas de pós-graduação, foram empenhados, segundo dados do MEC, -41,9% e -50,8% dos recursos para essas iniciativas em 2020. O PNAE teve um tímido aumento de 9% em relação ao valor empenhado em 2019.

A SPO/MEC informou que alguns programas possuem execução sazonal, a exemplo do PNLD e do Enem; por isso há maior concentração de pagamentos no último trimestre do exercício financeiro. Some-se à isso a atipicidade do ano em decorrência da pandemia do novo coronavírus, que comprometeu substancialmente o andamento das políticas públicas educacionais de responsabilidade da Pasta. Logo, até agosto do ano anterior, apenas 32% das despesas discricionárias do Orçamento de 2020 haviam sido pagas.

As ações abrangidas pelo PAR tiveram ótima execução no ano de 2020. No entanto, os valores aportados foram menores se tivermos como parâmetro o Orçamento de 2019. Destaque para a ação 20RP (Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica), que teve redução de R\$1.603.820.444,00 (quase 60%). No entanto, essa queda pode ter sido causada pelo aumento expressivo dos recursos alocados na ação 12KU (Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil), que possui iniciativas relacionadas à construção de creches, presentes na ação 20RP.

Para o PDDE, o valor total autorizado para a ação do Programa também teve queda, passando de R\$ 2,03 bilhões, em 2019, para R\$ 1,88 bilhão em 2020. Destaque-se o plano orçamentário CV19 - Coronavírus (COVID-19), que teve aporte de R\$ 672,7 milhões, que culmina no PDDE Emergencial. Do total autorizado em 2020, praticamente todo o valor foi empenhado e liquidado (99,9%).

Já no que envolve a política de educação de jovens e adultos (PEJA), a subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresentou execução orçamentária (valores liquidados) de 100% no ano de 2020, porém esse valor representou apenas 30% do total autorizado em 2019. Os montantes autorizados para o MEC, quanto às ações abrangidas pela subfunção, nos últimos anos, vêm caindo consideravelmente, saindo de R\$ 65,7 bilhões, em 2018, para R\$ 25,6 bilhões em 2019. É nítida a desvalorização dessa área quando se resgata a dotação das LOAs de 2016 e 2017, R\$ 405,9 milhões e R\$ 158,6 milhões respectivamente, período anterior à extinção, em 2018, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que era responsável por fomentar políticas para o setor em estados e municípios, tratando essa modalidade de ensino de forma mais específica.

Por fim, sobre o fomento ao ensino médio integral, cabe destacar que os valores relacionados à última portaria de fomento publicada pelo Ministério da Educação (Portaria nº 2.116/2019²⁶) não foram repassados às Secretarias Estaduais de Educação que aderiram ao programa para a conversão de 412 escolas para este modelo no início de 2020. Diante desse atraso de mais de um ano no repasse, os estados, que juntos previram 41.130 novas matrículas no ano passado e que deveriam receber o aporte financeiro anual de R\$ 2.000,00 por cada um desses estudantes, deixaram de receber, somados, um total de R\$ 82.260.000,00 (oitenta e dois milhões e duzentos e sessenta mil reais). Tal situação, além de gerar insegurança na continuidade dessa política, pode significar passos para trás na qualidade da aprendizagem no país (escolas de ensino médio integral obtiveram 0,7 pontos a mais no IDEB 2019 que as escolas de ensino médio regular nas redes estaduais) e na redução dos índices de abandono e reprovação (0,94 de taxa de aprovação das escolas integrais no IDEB 2019 e 0,88 nas de ensino médio regular).

26 <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.116-de-6-de-dezembro-de-2019-232132483>

6.3. Restos a pagar²⁷ (RAP) envolvendo o FNDE e o INEP

Conforme o INEP,²⁸ os pagamentos realizados até junho de 2020 se referiam a empenhos realizados em exercícios anteriores por causa da dinâmica das ações desempenhadas pelo órgão, que aplica exames, em sua maioria, no último trimestre, o que prolonga o cronograma de pagamento para o ano seguinte. Some-se à isso a atipicidade do ano em face da pandemia da COVID-19, que demandou ajustes e adiamentos para a realização dos exames de responsabilidade da autarquia. O INEP previa que no ano de 2021 essa dinâmica se acentuaria ainda mais por conta do adiamento do Enem e do Encceja.

Conforme o FNDE²⁹, o pagamento dos recursos empenhados depende da execução do objeto pactuado pelos entes federados. Por isso, o repasse fica submetido à agilidade e eficiência dos estados e municípios no processo de aquisição de itens e contratação de serviços. Para minimizar a situação em 2021, a autarquia informou que adotará ações de conscientização dos entes para orientá-los quanto à necessidade de inclusão de contratos e notas fiscais e quanto à execução dos objetos, para acelerar o processo de pagamento.

Com relação ao limite financeiro inferior ao orçamento 2020 não utilizado até agosto somado ao montante de restos a pagar (RAP), e ainda o corte de orçamento da autarquia, o FNDE informou que o limite financeiro já prevê despesas do exercício corrente e de RAP, sendo feitas programações mensais para que os recursos disponibilizados sejam suficientes para o cumprimento das obrigações assumidas. No caso de reduzida disponibilidade financeira, o critério para pagamento observa a ordem cronológica de solicitação de desembolso após validação das áreas técnicas responsáveis. Essa regra se mostra interessante por considerar critérios técnicos para a realização do desembolso, mas ainda assim municípios e estados podem ficar sem pagamento ao longo do ano em que se comprovou a liquidação dos empenhos e a necessidade de se ter esse recurso no caixa, o que certamente prejudica a boa execução das propostas pactuadas e a oferta de ensino no âmbito desses entes.

6.4. Bloqueio em dotações ao longo de 2020: o PLN 30³⁰

Conforme a SPO/MEC, os bloqueios realizados pelo Ministério da Economia nas programações do Ministério, para atender à abertura de créditos adicionais por meio do PLN 30/2020, afetaram várias unidades orçamentárias da Pasta e vinculadas a ela no montante de 1,57 bilhão. Com as suplementações de programações do FNDE contidas nesse mesmo PLN, o valor do cancelamento ficou em 1,4 bilhões.

A unidade orçamentária da Pasta informou, ainda, que promoveu tratativas com a equipe econômica do Governo para que reconsiderassem o cancelamento previsto na proposta, mas não obtiveram sucesso.

27 Restos a Pagar são despesas com compromisso de utilização no orçamento de anos anteriores, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro.

28 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961038

29 Idem

30 Transformado na Lei nº 14.077, de 11 de novembro de 2020, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14077.htm

Conforme resposta do MEC, as unidades afetadas pelos cortes foram as do FNDE, Administração Direta (MEC), universidades, EBSEH e institutos:

GRUPO DE UNIDADES DO MEC IMPACTADAS PELO PLN 30

GRUPO	CANCELAMENTO PLN 30 (R\$)	SUPLEMENTAÇÃO PLN 30 (R\$)	TOTAL PLN 30 (R\$)
Fnde	1.252.264.228	160.000.000	1.092.264.228
Administração Direta Mec	172.246.507		172.246.507
Universidades	76.523.571		76.523.571
Ebserh	39.236.345		39.236.345
Institutos	25.629.349		25.629.349
TOTAL	1.565.900.000	160.000.000	1.405.900.000

A SPO informou que revisou o planejamento da execução de algumas políticas públicas para mitigar os efeitos do cancelamento e assegurar o cumprimento das ações previstas na Política Nacional de Educação, utilizando-se de remanejamentos orçamentários e troca de bloqueios para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Em resposta ao pedido de informação realizado por esta Comissão, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados forneceu dados sobre os cancelamentos efetuados pelo PLN 30 e seus impactos tendo como referência ações orçamentárias do órgão Ministério da Educação. A tabela abaixo mostra 9 ações que sofreram cancelamentos parciais pela proposta, exibindo, para essas programações, os valores autorizados e cancelados pelo PLN no orçamento de 2020.

PLN 30/2020 - MEC AÇÕES ESPECÍFICAS³¹

AÇÃO	UO EXECUTORA	CANCELAMENTO PELO PLN 30/2020 (R\$)
0000 - Concessão De Bolsas De Apoio À Educação Básica	CAPES ou FNDE	23.303.500

³¹ Não estão inclusos os cancelamentos em ações orçamentárias que abrangem especificamente Universidades, Institutos Federais, EBSEH, dentre outras.

00Ow - Apoio À Manutenção Da Educação Infantil	FNDE	57.674.466
0509 - Apoio Ao Desenvolvimento Da Educação Básica	FNDE	707.173.556
15R4 - Apoio À Expansão, Reestruturação E Modernização Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	MEC	109.292.901
20RJ - Apoio À Capacitação E Formação Inicial E Continuada Para A Educação Básica	CAPES ou MEC	12.656.841
20RQ - Produção, Aquisição E Distribuição De Livros E Materiais Didáticos E Pedagógicos Para Educação Básica	FNDE	298.500.000
214V - Apoio À Alfabetização, À Educação De Jovens E Adultos E A Programas De Elevação De Escolaridade, Com Qualificação Profissional E Participação Cidadã	FNDE	14.499.482
219V - Apoio Ao Funcionamento Das Instituições Federais De Educação Superior	MEC	20.717.837
21B4 - Fomento Ao Desenvolvimento E Modernização Dos Sistemas De Ensino De Educação Profissional E Tecnológica	FNDE	115.449.402
TOTAL		1.359.267.985

A ação 0509 (Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica) foi a mais afetada. Some-se a isso o fato de essa ação ter seu orçamento autorizado diminuído em relação a 2019 (-9,91%). Atrás dela, a ação 20RQ, que custeava a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos da educação básica, teve 15% do seu orçamento autorizado cortado pelo PLN. A educação profissional e tecnológica também foi alvo de expressivos cortes. As ações de apoio à expansão e reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica e de fomento aos sistemas estaduais de ensino profissionalizante correspondem a 17% do valor total cancelado pelo PLN.

É necessário mencionar que os remanejamentos apresentados pelo PLN 30/2020 na área educacional aconteceram em um período marcado pela pandemia do novo coronavírus. Para este Grupo de Parlamentares, é de extrema necessidade o apoio técnico e financeiro da União aos estados e municípios para garantia de um retorno seguro às aulas, assim como a adoção de medidas que possibilitem a

manutenção do ensino híbrido, a continuidade de políticas públicas educacionais já existentes e o combate à evasão escolar.

Os recursos remanejados prejudicam a ampliação do Programa Educação Conectada, a distribuição dos materiais didáticos do PNL D e a implementação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Por fim, preocupa que o remanejamento de recursos possa agravar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do Plano, 31 de 37 indicadores tiveram nível de execução inferior a 60% e apenas uma das 20 metas do Plano foi alcançada³².

O PLN 30/2020 foi aprovado pelo Congresso Nacional e transformou-se na Lei 14.077/2020³³, com os cancelamentos na pasta de Educação mantidos. A aprovação ocorreu mediante acordo, em que o Planalto se comprometeu a enviar ao Congresso um novo PLN, retornando os recursos cancelados do MEC de volta para o órgão ainda em 2020. Até o momento, este novo PLN não foi apresentado ao Parlamento brasileiro.

32 http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/pme_relatorio_3_ciclo_monitoramento_metas_pne_2020.pdf

33 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14077.htm

7. Gestão interna e de recursos humanos do MEC

Pontos principais:

- O Ministério da Educação apresenta dificuldade para preencher os cargos estratégicos, fundamentais para a coordenação das políticas públicas;
- Em especial, nota-se uma dificuldade constante e maior que a usual do FNDE em manter todos os seus cargos preenchidos e operantes. Há vacâncias preocupantes nas coordenações de auditoria de Programas, responsável pelo controle interno e combate à corrupção no órgão, coordenação de infraestrutura educacional, coordenação de operacionalização do FUNDEB e Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios - o que é a causa provável para atraso no pagamento de parcelas do bolsa permanência para estudantes atendidos pelo Programa Universidade para Todos (PBP-Prouni);
- No que tange ao Fundeb, é necessário ressaltar o erro cometido pelo FNDE, ao transferir cerca de R\$ 766 milhões de forma equivocada a três estados e seus respectivos municípios na primeira parcela de complementação ao Fundeb em janeiro de 2021. O prejuízo aos cofres públicos foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão;
- Sobre a presença feminina ocupando cargos estratégicos, observa-se, na comparação entre o mês de novembro dos anos 2019 e 2020, uma redução na presença de mulheres. Na administração direta do MEC, a presença de mulheres nessa função foi reduzida de 38% para 26%. Já na CAPES e no INEP, verificamos uma redução da presença feminina nas funções DAS 4. Para a CAPES, ela passou de 9 entre 22 (40,9%) para 5 mulheres entre 21 comissionados (23,8%); para o INEP, ela passou de 7 entre 18 (38,8%) para 4 mulheres entre 17 comissionados (23,5%);
- Foi identificado um salto de 600% no número de militares ocupando funções comissionadas na Administração Direta do MEC no início do governo Bolsonaro, que saltou de 3 para 21. Apesar da queda ao longo de 2019, durante a gestão de Abraham Weintraub, o número de militares em funções comissionadas no MEC se mantém em níveis altíssimos, até os últimos dados disponíveis, em patamares historicamente sem precedentes, oscilando em torno de 11 ocupantes de cargos estratégicos dentro do Ministério;
- O FNDE também apresentou uma quantidade de trocas maior que o valor histórico durante o governo Bolsonaro, embora menor que a observada na administração direta. O INEP entrou em um período de estabilidade após um período de trocas frequentes ocorridas de janeiro a setembro de 2019³⁴. A CAPES apresentou estabilidade durante todo o período analisado, com um nível mediano de trocas em 1,5% do total de servidores comissionados;
- A análise de currículos dos ocupantes dos cargos estratégicos do governo Bolsonaro aponta para ocupantes menos qualificados do que os ocupantes do cargo em gestões anteriores, com relativa baixa experiência com a área de educação (37,8%) e com poucos gestores da carreira do Ministério da Educação (e de suas Autarquias) - cerca de 26,1%.

34 Em 2019, o Inep passou por constantes trocas na Presidência, tendo assumido a pasta neste período Maria Inês Fini (25/05/2016 a 14/01/2019), Marcus Vinicius Rodrigues (22/01/2019 a 26/03/2019), Elmer Coelho Vicenzi (29/04/2019 a 16/05/2019) e, por último, Alexandre Ribeiro Pereira Lopes.

No Ministério da Educação, a análise da qualidade de gestão de pessoas - a partir dos perfis dos agentes públicos, do número de comissionados, da análise de rotatividade e das trajetórias dos nomeados - indica qualidade da gestão interna e se reflete na qualidade, na robustez e na estabilidade das políticas públicas.

Na análise quantitativa realizada, utilizou-se a contabilização de pessoas ocupando funções comissionadas³⁵ (DAS, FCPE e de natureza especial) na administração direta do MEC e nos órgãos vinculados FNDE, CAPES e INEP, disponibilizada no Painel Estatístico de Pessoal³⁶ do Ministério da Economia. Os dados coletados correspondem ao período de janeiro de 2014 a novembro de 2020. O limite máximo da data analisada foi determinado pela disponibilidade dos dados na época da realização da análise. Já na etapa de avaliação qualitativa da gestão de pessoas do Ministério, buscou-se avaliar a experiência e qualificação do quadro de pessoas do MEC, a partir de análise de trajetória individual, comparando o segundo ano do Governo Temer e o segundo ano do Governo Bolsonaro, com base nos currículos e nas informações do Portal da Transparência do governo federal.

7.1. Número de ocupantes em funções comissionadas

Nesta seção, foi analisada a evolução do número de pessoas ocupando funções comissionadas ao longo do tempo. Observa-se, a partir da análise, que foram necessários quase dois anos para que as funções comissionadas fossem efetivamente preenchidas, revelando um preocupante vácuo na ocupação das funções estratégicas e de chefia do Ministério. Deve-se considerar que o número de cargos e funções dentro do Ministério da Educação apresentou expressiva redução logo no início da gestão Bolsonaro, ainda em 2019, revelando que as vacâncias aqui apresentadas acontecem dentro de uma estrutura organizacional já enxuta. A Fig. 1 mostra que, no mês de outubro de 2020, o governo Bolsonaro alcançou o número de comissionados em exercício na administração direta do MEC observado antes do início de sua gestão, de aproximadamente 555, que também corresponde à média observada entre 2014 e 2018. A dificuldade no preenchimento dos cargos de confiança pode estar relacionada à instabilidade na direção geral da pasta, que teve 4 Ministros nomeados no período.

35 Funções comissionadas são posições na administração pública de livre nomeação e exoneração pelo governante eleito (popularmente conhecidas como “cargos de confiança”). Funções FCPE só podem ser ocupadas por servidores efetivos (i.e. concursados), enquanto as DAS e de natureza especial podem ser ocupados por qualquer pessoa.

36 <http://painel.pep.planejamento.gov.br>

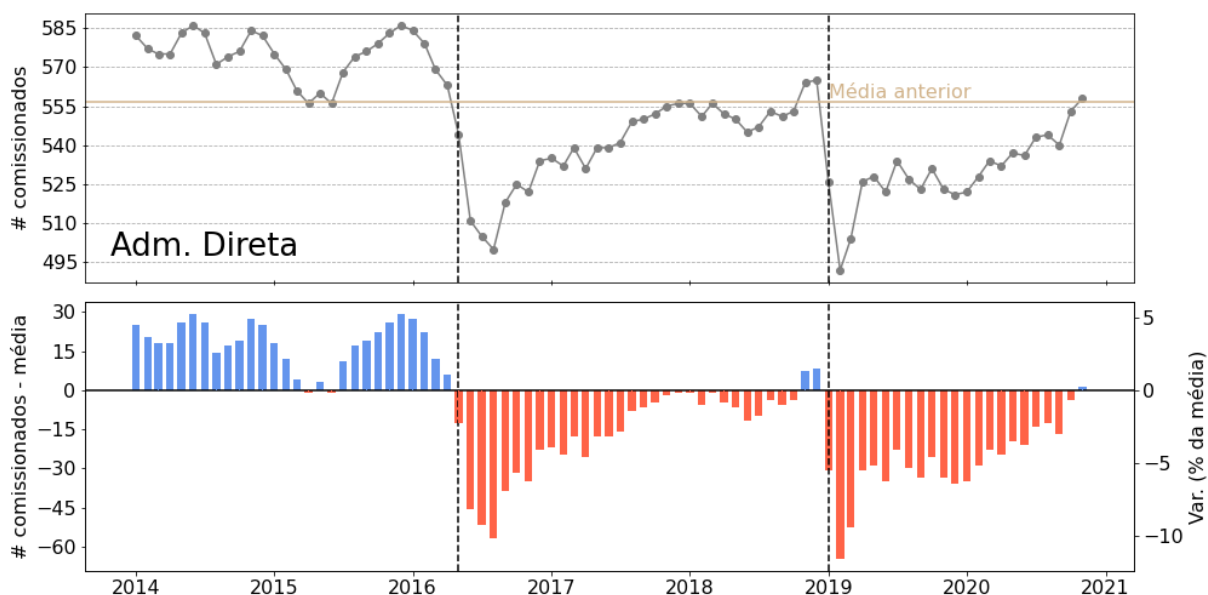


Figura 1: Evolução do número de ocupantes em funções comissionadas de tipo DAS, FCPE e NES na Administração Direta do MEC, de janeiro de 2014 a novembro de 2020 (últimos dados disponíveis). As linhas tracejadas verticais indicam as datas de mudança de governo. O painel superior apresenta o número absoluto de ocupantes, e a linha horizontal marrom marca o número médio dos anos 2014 a 2018. O painel inferior mostra o excedente ou déficit de servidores em relação ao número médio de 2014 a 2018; a escala à esquerda apresenta essa variação em número de servidores, enquanto a escala à direita indica a variação em percentual.

A Fig. 2 apresenta a evolução do número de comissionados em exercício no FNDE, que estabilizou em um valor de 176, 3% menor que o da gestão anterior (de cerca de 184), redução que se deu entre funções de nível 4 ou inferiores. De acordo com o publicado na página oficial do FNDE³⁷, o número de posições DAS e FCPE existentes em sua estrutura é o mesmo (188) desde meados de 2017. Portanto, a Fig. 2 aponta para uma dificuldade constante e maior que a usual do FNDE em manter todos os seus cargos preenchidos e operantes. O FNDE, tal como o Ministério da Educação, teve 4 presidentes nomeados nos 2 anos de governo Bolsonaro – descontinuidade que aparenta ser a razão central para a dificuldade de preenchimento dos cargos.

³⁷ <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-regimental>

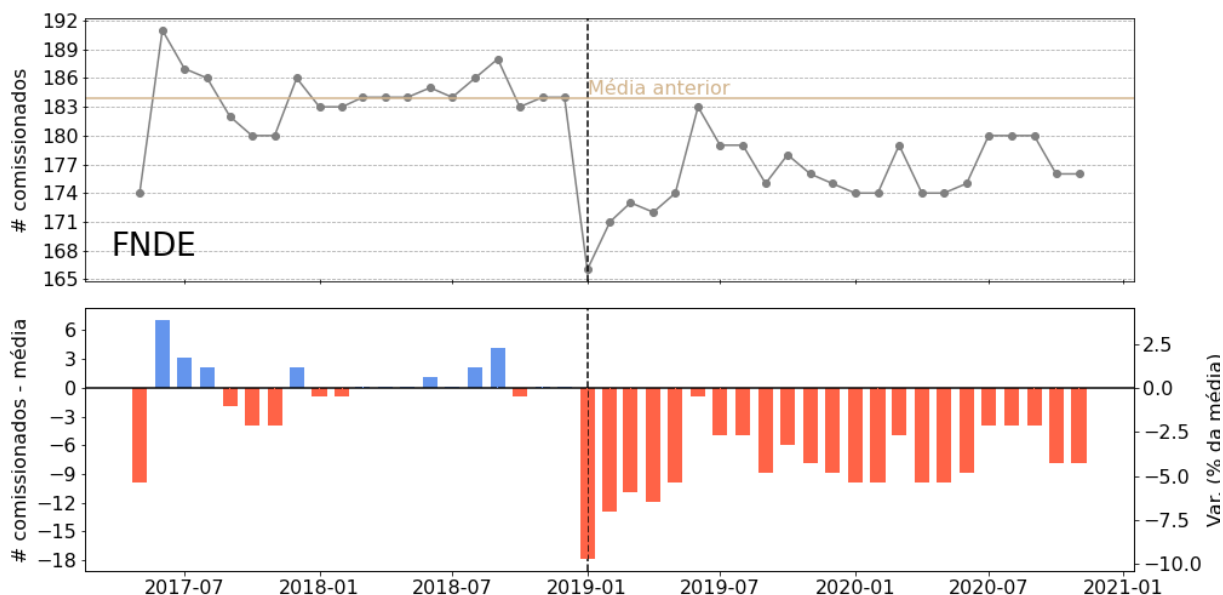


Figura 2: Mesmo que a Fig. 1, mas para funções comissionadas no FNDE. Neste caso, o início da série histórica se dá em maio de 2017 pois, em abril (quando cargos DAS foram substituídos por FCPE), houve um acréscimo de 50% no número total de servidores em cargos comissionados (servidores em FCPE mais que compensaram a redução em DAS).

Ao avaliar o portal institucional do FNDE³⁸, na seção “quem é quem³⁹”, é possível notar a vacância nos seguintes cargos da Autarquia:

1. Coordenação de Auditoria de Programas - CORAP da Auditoria Interna - AUDIT;
2. Coordenação-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino - CGDEN, da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP;
3. Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional, da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP;
4. Coordenação-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil - CGSUP, da Diretoria de Gestão e Fundos e Benefícios - DIGEF;
5. Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação - CGFSE, da Diretoria de Gestão e Fundos e Benefícios - DIGEF;
6. Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios - CGAUX, da Diretoria de Gestão e Fundos e Benefícios - DIGEF;
7. Coordenação de Transferências Diretas - COTDI, da Diretoria de Gestão e Fundos e Benefícios - DIGEF.

A ausência de ocupantes nos cargos estratégicos da autarquia prejudica a coordenação, o aperfeiçoamento e o bom andamento de programas como o Financiamento Estudantil - FIES, que em 2020 recebeu cerca de

³⁸ O último levantamento foi feito no dia 05 de março de 2021

³⁹ <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>

70 mil inscrições⁴⁰. A vacância na Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios pode ser indicativo de causa para atraso no pagamento de parcelas do bolsa permanência para estudantes atendidos pelo Programa Universidade para Todos (PBP-Prouni). A parcela de janeiro de 2021, por exemplo, só foi paga no mês de março⁴¹, prejudicando mais de 8,5 mil estudantes. O bolsa permanência é um dos programas de assistência estudantil do FNDE e que possibilita a permanência do estudante - cuja renda é de até um salário-mínimo e meio por pessoa da família - na educação superior.

Preocupa ainda a vacância na Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação - CGFSE, uma vez que o FUNDEB passou a ter nova regulamentação⁴² em 2020 e o órgão ganhou novas e complexas competências. Esse fundo é destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, além de proporcionar segurança financeira aos municípios e estados para expandirem o número de matrículas na Educação Básica e orientá-los no cumprimento de suas responsabilidades com a Educação. Em 2019, foi redistribuído um montante de cerca de R\$ 165 bilhões em 2019⁴³ do Fundeb aos entes federados. Sem a política de fundo, a desigualdade seria de 10.000%⁴⁴.

Com o cargo em vacância, é possível que o novo Fundeb apresente baixas no que envolve:

- i) o apoio técnico relacionado aos procedimentos e aos critérios de aplicação dos recursos dos Fundos;
- ii) a coordenação de esforços para a capacitação dos membros dos conselhos de controle social;
- iii) a divulgação de orientações sobre a operacionalização do Fundo e de dados sobre os valores financeiros repassados para os entes federados;
- iv) a realização de estudos técnicos para a definição do valor referencial anual por aluno que assegure o padrão mínimo de qualidade do ensino;
- v) o monitoramento da aplicação dos recursos do Fundo pelos estados e municípios; e
- vi) a realização de avaliações dos resultados do novo financiamento.

Cabe o esclarecimento de que, em casos onde há designação, os cargos vagos de coordenação são ocupados por funcionários substitutos - geralmente pertencentes ao corpo técnico da equipe. Esses eventuais substitutos ocupam de forma transitória e precária o comando da pasta, com pouca autonomia decisória. Por isso, a fim de dar continuidade na execução das políticas públicas educacionais, estabilidade nas ações e programas e promover efetividade aos processos decisórios das áreas acima mencionadas, a falta de nomeação de Coordenadores demonstra a baixa prioridade que a gestão do órgão dedica a políticas específicas.

⁴⁰<http://abmes.org.br/public/index.php/noticias/detalhe/3319/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes>

⁴¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-03/bolsa-permanencia-do-prouni-sera-paga-partir-desta-quarta-feira>

⁴²https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151?_ga=2.235882371.326680688.1608846132-1665646218.1596118252

⁴³ <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-o-fundeb/>

⁴⁴<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/et-24-2017-univers-qualidade-equidade-fundeb>

Ainda em casos de substituição, é fundamental que os dados do substituto estejam divulgados também no site institucional da Autarquia, principalmente no caso do FNDE em que há uma busca ativa e em grande volume dos gestores que lidam com recursos e políticas com os entes federados e que precisam estar em constante comunicação com os atores locais.

Aponta-se ainda o erro cometido pelo FNDE, ao transferir cerca de R\$ 766 milhões de forma equivocada a três estados e seus respectivos municípios na primeira parcela de complementação ao Fundeb em janeiro de 2021. O prejuízo aos cofres públicos foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão, com um novo aporte que o fundo necessitou realizar ao Banco do Brasil para que os entes federados recebessem o que lhes era devido.

Finalmente, na CAPES e no INEP, a quantidade de ocupantes de funções comissionadas permaneceu estável ao longo dos três governos (aproximadamente 101 e 98), sendo as maiores variações decorrentes da troca de gestão do Executivo. Reforça-se que a estabilidade na efetiva ocupação de funções comissionadas é pré-requisito necessário para a continuidade e para a efetividade das políticas públicas educacionais e evita que essas sejam interrompidas em decorrência da falta de recursos humanos.

7.2. Funções comissionadas ocupadas por sexo

Quando comparamos a quantidade de funções comissionadas de cada nível ocupadas por cada sexo, notamos um padrão constante no tempo: pessoas do sexo feminino costumam ser maioria nos níveis mais baixos (1 a 3) enquanto que o sexo masculino é quase sempre maioria nos níveis mais altos (5 e 6). Esse padrão se repete em todos os órgãos e anos analisados, demonstrando seu caráter estrutural. A Fig. 3 apresenta esse quadro para a administração direta do MEC.

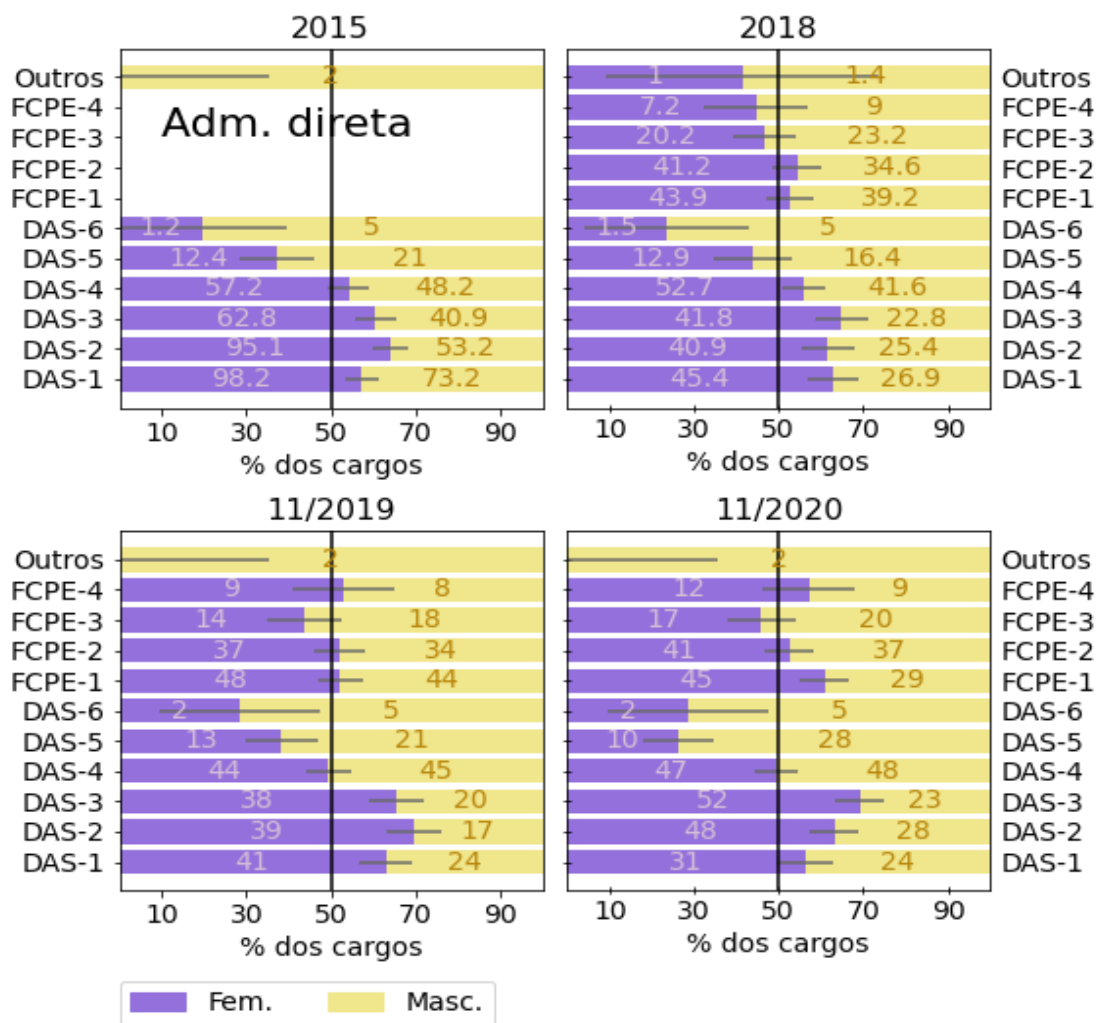


Figura 3: Frações dos ocupantes de cada tipo de cargo no MEC (Administração Direta) que são do sexo feminino (segmento da barra horizontal em roxo) e masculino (segmento em amarelo). A ausência de barra significa que ninguém ocupou o cargo em questão. Os painéis de cima apresentam a composição média dos anos 2015 e 2018, e os painéis de baixo mostram as composições em novembro de 2019 e de 2020. Os números dentro de cada segmento de barra indicam o número absoluto de servidores naquela categoria (no caso de 2015 e 2018, os números indicam a ocupação média ao longo do respectivo ano). As barras de erro (linhas horizontais cinzas) representam o tamanho da variação típica (um desvio-padrão), caso o sexo fosse selecionado de maneira aleatória.

Apesar da pouca presença feminina em cargos altos já ter sido ressaltada no Relatório da COMEX de 2019⁴⁵, o ano de 2020 não apresentou avanços a esse respeito. Na comparação entre o mês de novembro dos anos 2019 e 2020, observamos, ao contrário, uma redução na presença feminina em funções altas, embora a

45

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1840981&filename=REL+1/2019+CEXMEC

variação seja compatível com o esperado por flutuações estatísticas. Na administração direta do MEC, o número de mulheres com a função DAS 5 passou de 13 para 10, enquanto a de homens aumentou de 21 para 28. Em termos percentuais, a presença de mulheres nessa função foi reduzida de 38% para 26%.

Já na CAPES e no INEP, verificamos uma redução da presença feminina nas funções DAS 4. Para a CAPES, ela passou de 9 entre 22 (40,9%) para 5 mulheres entre 21 comissionados (23,8%); para o INEP, ela passou de 7 entre 18 (38,8%) para 4 mulheres entre 17 comissionados (23,5%).

7.3. Funções comissionadas ocupadas por escolaridade

Para avaliar a evolução do grau de escolaridade das chefias no MEC, contabilizamos, para cada mês, o número de servidores comissionados em cada órgão com cada grau de escolaridade (ensino médio, ensino superior, especialização, mestrado e doutorado). Na administração direta, observamos um aumento gradativo no número de comissionados com, no mínimo, ensino superior, passando de 375 (70,2%) em novembro de 2018 para 408 (77,1%) em novembro de 2020.

Os órgãos subordinados analisados possuem um número bastante menor de funções comissionadas, o que dificulta a identificação de tendências gerais no grau de escolaridade dos ocupantes. Feita a observação, nota-se um ligeiro aumento de escolaridade entre os servidores comissionados da CAPES: o número de servidores com, no mínimo, mestrado, passou de 46 (cerca de 45,5%) em novembro de 2018 para 52 (cerca de 52,5%) em novembro de 2020.

Em sentido oposto, o INEP apresentou uma pequena queda no número de servidores comissionados com pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) entre janeiro e julho de 2019, mantendo-se estável desde então. Esse segmento de escolaridade passou de 82 (83,7%) em novembro de 2018 para 73 (76,0%) do total dos comissionados. Por fim, o FNDE se mostrou estável quanto ao nível de escolaridade em todo o período analisado.

7.4. Cargos estratégicos ocupados por militares

Uma novidade da presente análise em comparação com a realizada em 2019 foi o levantamento do número de militares ativos e inativos ocupando funções comissionadas no MEC. Com base na lista de militares da reserva remunerada obtida do Ministério da Defesa via o RIC 791/2020⁴⁶, combinado com os dados dos militares ativos do Portal da Transparência, identificamos um enorme salto no número de militares ocupando funções comissionadas na administração direta do MEC no início do governo Bolsonaro (veja a Fig. 4). Enquanto a marca histórica, de 2013 a 2018, girou em torno de dois ou três militares, esse número saltou para 20 no início do atual governo. Essa máxima presença de militares se deu durante a gestão do ex-ministro Ricardo Vélez. Apesar da queda ao longo de 2019, durante a gestão de Abraham Weintraub, o número de militares em funções comissionadas no MEC se mantém, até os últimos dados disponíveis, em patamares historicamente altíssimos, oscilando em torno de 11.

⁴⁶ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2257469>

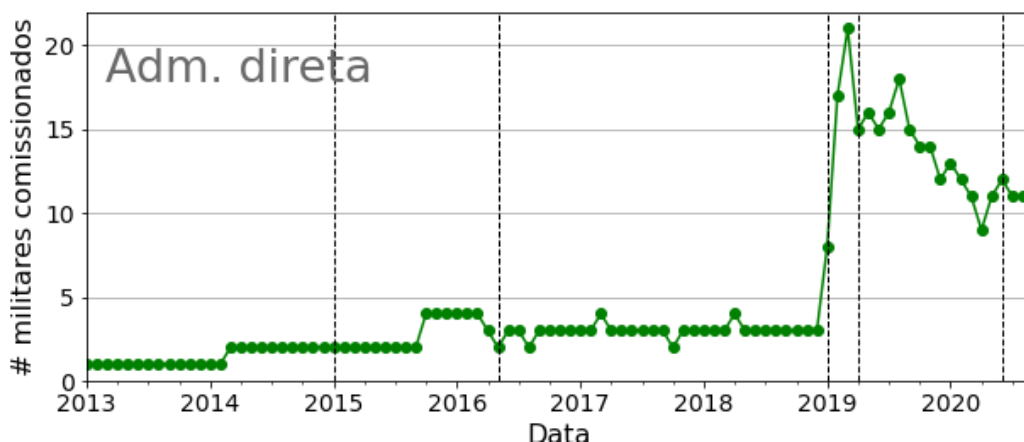


Figura 4: Número de militares (ativos e da reserva remunerada) ocupando funções comissionadas na administração direta do MEC, para cada mês, de janeiro de 2013 a setembro de 2020. As linhas verticais tracejadas indicam, na ordem cronológica: o início do segundo mandato de Dilma; o afastamento de Dilma e entrada de Temer na presidência; o início do governo Bolsonaro, junto com a entrada do ministro Vélaz; a saída de Vélaz e entrada de Weintraub; e a entrada de Milton Ribeiro.

Observa-se que o aumento de militares em cargos comissionados acontece não somente dentro do MEC, mas também em outros Ministérios e Autarquias do Governo Federal⁴⁷. Deve-se considerar que para este tópico não foram feitas análises mais profundas sobre o perfil técnico dos militares, dada as lacunas de informações em parcela expressiva dos currículos. No caso do Ministério da Educação, preocupa o Grupo de Parlamentares que assina este boletim que o contingente militar careça de expertise na área de educação, o que levanta a questão sobre quais seriam os critérios para seleção/nomeação dos cargos estratégicos dentro do Ministério.

7.5. Rotatividade em cargos estratégicos

Uma forma de se medir a rotatividade de servidores seria contabilizar, a cada mês, o número de trocas de pessoas ocupando funções comissionadas. Como essa troca está associada a uma exoneração e uma nomeação e buscamos um único indicador de rotatividade, utilizamos como indicador a média geométrica do número de exonerações e de nomeações ocorridas no mês. Os meses de nomeação e exoneração de um servidor foram identificados pelo primeiro e pelo último mês de um período contínuo no qual o servidor aparece vinculado ao órgão em questão.

A Fig. 5 mostra que o governo Bolsonaro apresentou, no período analisado, o maior número de trocas de início de gestão na administração direta do MEC. Além disso, a quantidade de trocas se manteve acima do padrão dos períodos anteriores durante toda sua gestão (até o último dado disponível, de agosto de 2020).

⁴⁷ <https://www.instagram.com/p/CK9ChYKheHT/>

Podemos notar, inclusive, que a quantidade de trocas no início de 2020 aumentou em comparação com o final de 2019, um padrão que não foi observado nos governos anteriores. Esse aumento provavelmente foi causado pela mudança de estrutura do MEC promovida pelo Decreto 10.195 de 30 de dezembro de 2019⁴⁸.

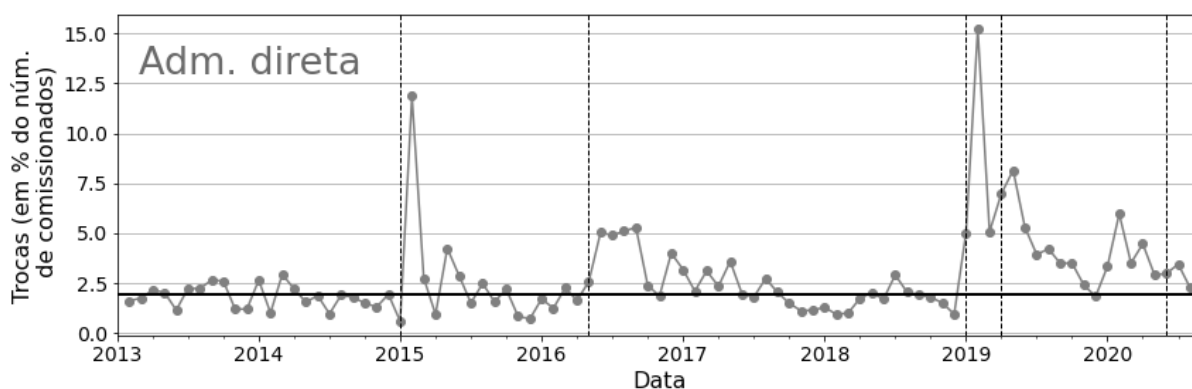
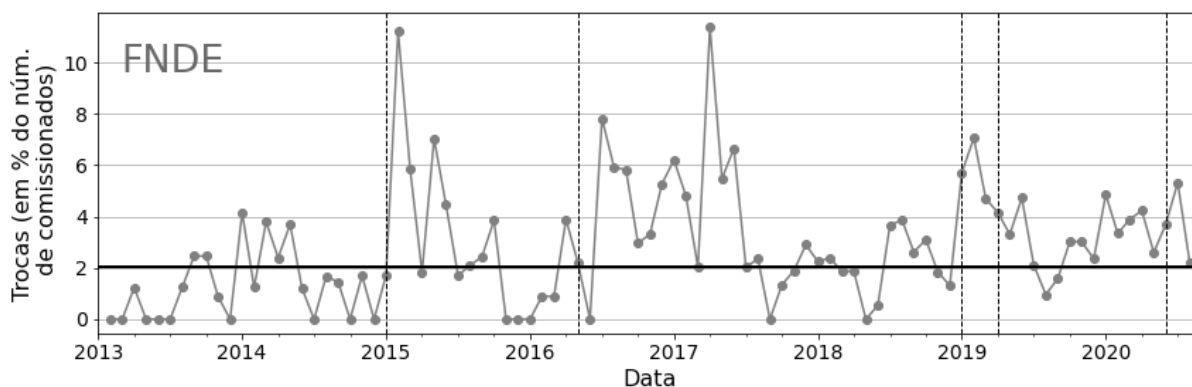


Figura 5: Número estimado de trocas de ocupantes de funções comissionadas na administração direta do MEC, em porcentagem do total de servidores comissionados, por mês. A linha preta horizontal mostra a mediana do período de 2013 a 2018. As linhas verticais tracejadas marcam, da esquerda para a direita: o início do segundo mandato de Dilma; a data em que Temer assumiu a presidência; o início do governo Bolsonaro e da gestão Vêlez; a entrada do ministro Wenraub; e a saída do ministro Weintraub.

A Fig. 6 mostra que o FNDE também apresentou uma quantidade de trocas maior que o valor histórico durante o governo Bolsonaro, embora menor que a observada na administração direta. Já a Fig. 7 indica que o INEP entrou em um período de estabilidade após um período de trocas frequentes ocorridas de janeiro a setembro de 2019. A CAPES apresentou estabilidade durante todo o período analisado, com um nível mediano de trocas em 1,5% do total de servidores comissionados.

Embora bastante menos significativa que as mudanças de governo, as trocas de ministros parecem levar a um aumento da rotatividade nos cargos comissionados. Esse efeito é mais evidente na administração direta (Fig. 4), onde o volume de servidores comissionados é maior e, portanto, as trocas corriqueiras impactam menos a análise.



⁴⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm

Figura 6: Mesmo que a Fig. 5, mas para o FNDE.

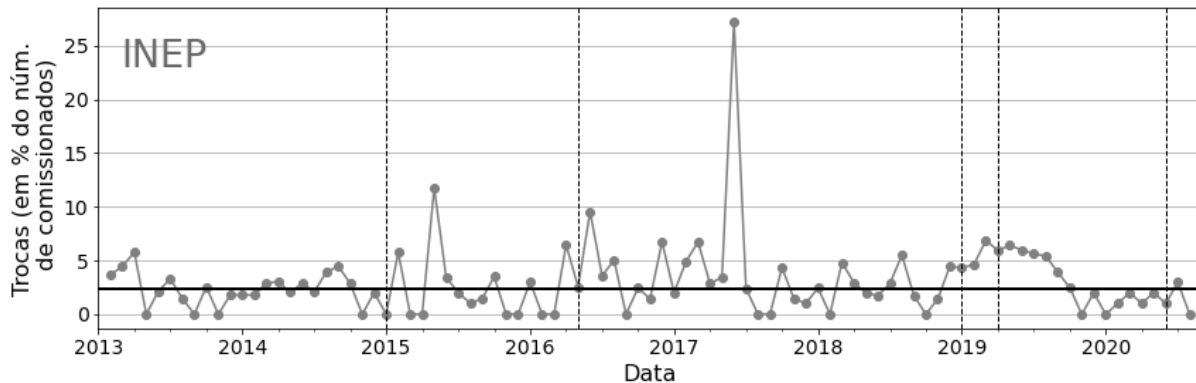


Figura 7: Mesmo que a Fig. 5, mas para o INEP.

Outra maneira de se estimar a rotatividade de servidores comissionados seria calcular de quantos dias, dentro de uma janela de 6 meses, um servidor permanece em exercício no órgão. Se o servidor permanecer no órgão durante todo o período de 6 meses, o número de dias seria de, aproximadamente, 183. Se, no período analisado, ele constar no cadastro em apenas dois meses, esse número de dias seria de 61 dias.

Vemos na Fig. 8 que, mesmo após o período de transição de governo (que tipicamente apresenta uma redução no número médio de dias em exercício), a Administração Direta do MEC manteve um patamar baixo de estabilidade durante o governo Bolsonaro. O número médio de dias em exercício dentro de 6 meses estabilizou em, aproximadamente, 150 dias, abaixo do valor padrão de 163 para épocas anteriores e fora de momentos de transição de gestão.

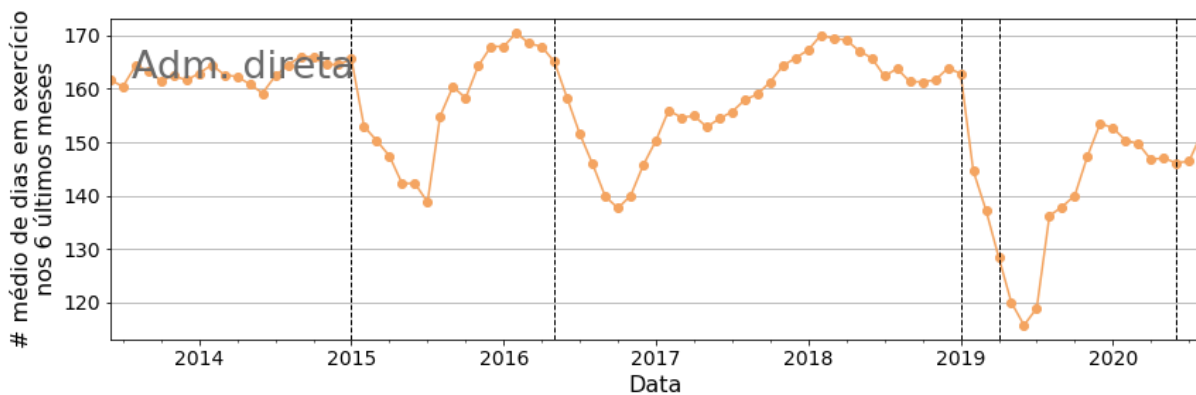


Figura 8: Número médio de dias, dentro de um período de 6 meses, que o servidor permanece em exercício na administração direta do MEC. A data representada no gráfico corresponde ao último mês do período de 6 meses. Por exemplo: o valor para a data de janeiro de 2019 (de 163 dias) corresponde ao número de dias de permanência médio para o período de agosto de 2018 a janeiro de 2019. As linhas verticais tracejadas são as mesmas da Fig. 5

A Fig. 9 mostra que o FNDE chegou a regressar ao patamar de estabilidade anterior ao governo Bolsonaro, próximo à média de 160 dias de exercício em 6 meses, mas caiu para 150 dias em 2020. Ao contrário, o INEP apresentou um período de estabilidade em 2020, após um período de trocas intensas no começo de 2019.

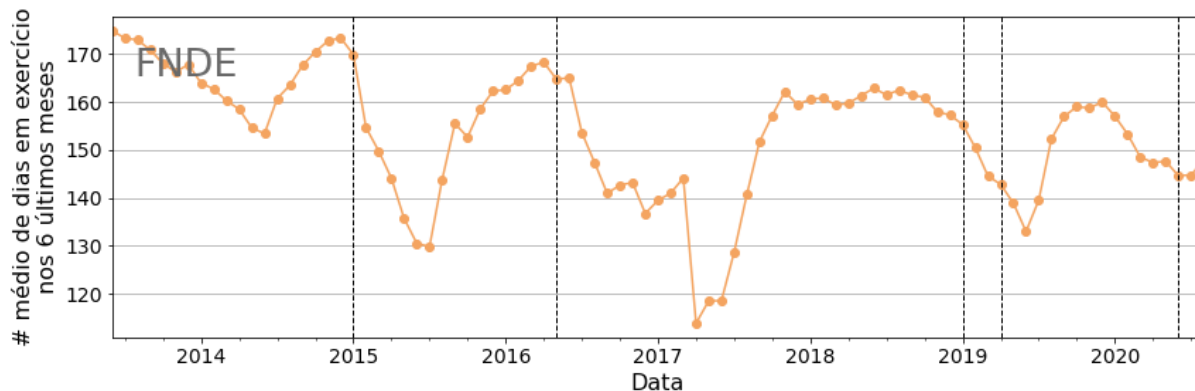


Figura 9: Mesmo que Fig. 8, mas para o FNDE.

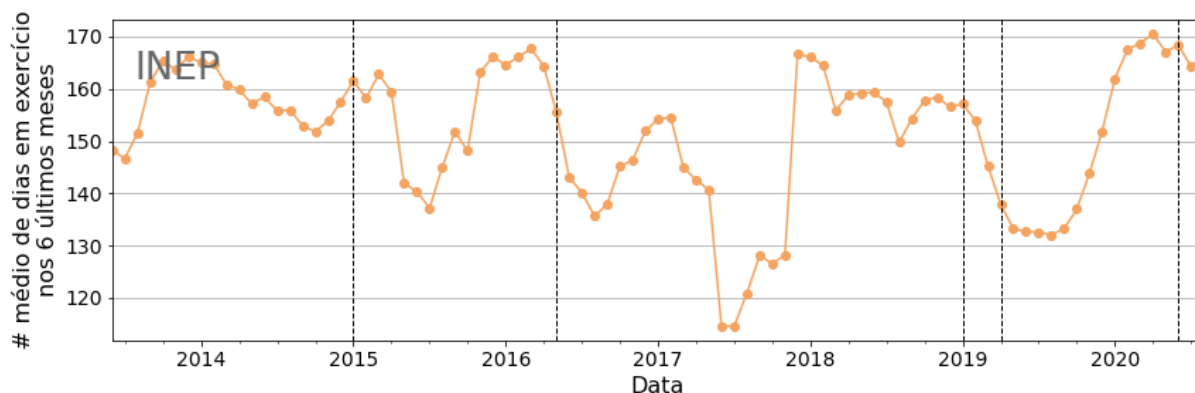


Figura 10: Mesmo que Fig. 8, mas para o INEP.

A alta rotatividade de pessoas em cargo de chefia indica a ineficiência dos gestores do Ministério na contratação de bons quadros para a ocupação dos cargos ou ainda a baixa taxa de retenção dos talentos. O planejamento, a implementação e o monitoramento das políticas públicas de maneira eficiente exigem previsibilidade e certo nível de estabilidade temporal do quadro de funcionários, para que essas possam ser concebidas, formuladas e executadas. Apesar de se argumentar que a rotatividade pode gerar inovações, ampliar a responsividade burocrática e garantir a lealdade política⁴⁹, é necessário considerar que a temporalidade e as circunstâncias em que essas mudanças são feitas podem gerar efeito reverso, prejudicando a continuidade dos trabalhos do órgão (ou da autarquia) e o acompanhamento de ações públicas.

Entretanto, em um cenário de pandemia, mudanças bruscas no quadro de funcionários do MEC na Administração e no FNDE indicam perdas imensuráveis para a educação: podem ser variáveis explicativas para a baixa execução orçamentária⁵⁰ do MEC no ano de 2020, especialmente na Educação Básica e no FNDE, sendo que o último consumiu apenas 63% do seu limite de empenho e 77% do limite de pagamento

49 http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10264/1/td_2597.pdf

50 <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-tem-a-pior-execucao-orcamentaria-na-educacao-basica-para-o-periodo-desde-2010/>

das despesas discricionárias⁵¹; podem explicar ainda a falta de coordenação do Ministério para gerir a crise educacional advinda da pandemia, de forma conjunta com os entes federados. Ou seja, a troca de lideranças até agosto de 2020 impossibilita equilíbrio na tomada de decisões e a continuidade de estratégias políticas, já que o ingresso de novas nomeações exige que os novos quadros se ambientem com os seus cargos e suas demandas, tempo esse que poderia ser priorizado para se mitigar problemas como evasão escolar, baixo acesso à conectividade e a desigualdade educacional.

7.6. Histórico e qualificação dos ocupantes de altos cargos no MEC (DAS 5 e DAS 6)

Nesta seção é apresentada análise do histórico profissional e qualificações dos ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nos níveis 5 e 6, da Administração Direta e Indireta⁵² do Ministério, ou seja, dos dirigentes que ocuparam cargos de alto grau na hierarquia burocrática do Estado. Nessa análise, foram realizadas comparações entre o segundo ano da Gestão Temer (2017) e o segundo ano do mandato do Presidente Bolsonaro (2020).

A respeito da trajetória dos ocupantes de cargo de chefia na Administração Pública Federal, a Manifestação nº 2, de 10 de dezembro de 2015, do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção⁵³ recomenda que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal publiquem em suas páginas oficiais na Internet os currículos de todos os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior, no mínimo, de nível DAS 4 ou equivalentes. Tal recomendação é referendada pelo Guia de Transparência Ativa⁵⁴ da Controladoria-Geral da União (CGU).

Seguindo recomendação do Relatório Comex de 2019, o Ministério da Educação passou a atualizar o seu canal institucional de “quem é quem” com os currículos dos servidores.⁵⁵ Na tentativa de buscar maiores esclarecimentos dos currículos e da trajetória profissional dos agentes públicos, este Grupo de Parlamentares enviou ao Ministério da Educação o RIC 1606/2020.⁵⁶ Em resposta, o MEC indicou o “quem é quem” no site institucional do Ministério e enviou planilha contendo apenas a lista de nomes do quadro de servidores, o vínculo com a Adm. Pública e os seus respectivos cargos e funções, sem apresentar os currículos detalhados e se as suas nomeações abarcam as exigências do Decreto nº 9727/2019⁵⁷. Diante disso, o amplo conhecimento dos perfis dos ocupantes dos cargos é dificultado⁵⁸.

Em análise de histórico profissional e qualificação dos ocupantes de altos cargos do MEC, observa-se que mais de 60% dos funcionários das gestões Temer e Bolsonaro já ocuparam cargos de confiança na Administração Pública Federal em suas trajetórias. Em ambos os casos, pouco mais de 50% desses são servidores públicos. Nota-se ainda que, enquanto na Gestão Temer, cerca de 39,76% já haviam atuado em

51 <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-tem-a-pior-execucao-orcamentaria-na-educacao-basica-para-o-periodo-desde-2010/>

52 INEP, CAPES e FNDE

53 <https://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/arquivos/manifestacao-2.pdf>

54 <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

55 <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>

56 <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2266226>

57 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9727.htm

58 O último levantamento dos currículos foi realizado na data de 05 de março de 2021.

Instituições de Educação Superior ou em pesquisa, na Gestão Bolsonaro, esse número apresenta uma queda: 30,63%. Contudo, ao realizar comparativo entre os dois mandatos, nota-se que no segundo ano do Governo Bolsonaro (até agosto de 2020), os ocupantes DAS 5 e DAS 6 possuem baixa experiência com a área de educação e poucos são servidores de carreira do Ministério da Educação (e de suas Autarquias). A mudança de perfis que ocupam cargos de confiança, e que não são funcionários de carreira do Ministério, podem ensejar por um lado, na busca pela construção de políticas públicas educacionais mais inovadoras e em diálogo com novas metodologias e expertises. Contudo, ao realizar a análise dos currículos dos agentes públicos, observa-se que não é o caso.

7.6.1. Metodologia

A partir dos dados do portal da transparência⁵⁹ foi possível identificar os nomes dos agentes públicos que ocupavam os cargos DAS 5 e 6 no MEC até agosto dos anos citados acima. No total, foram levantadas e pesquisadas as trajetórias de 194 agentes públicos, em fontes como a plataforma de busca do Google, o Banco de Currículos Lattes do CNPq, o Diário Oficial da União, os currículos disponíveis no site do MEC e o Portal da Transparência. Seis agentes públicos apareceram mais de uma vez no banco de dados criado para estruturação deste boletim, devido às suas permanências na estrutura organizacional do Ministério nos diferentes mandatos. Desse modo, na Gestão Bolsonaro foram analisadas 111 trajetórias e na Gestão Temer foram pesquisadas 83 trajetórias. Para maior detalhamento das trajetórias, a pesquisa da experiência profissional e política desses indivíduos buscou responder sim ou não ao questionamento de se o agente:

- I. já atuou na área da educação;
- II. já ocupou outros cargos na Administração Direta do MEC/FNDE/Capes/Inep/CNE;
- III. atendeu às exigências estabelecidas no Decreto nº 9727/2019 (apenas para a Gestão Bolsonaro).

Devido à escassez de informações, a classificação “não encontrado” é assinalada quando existem poucas informações acerca da trajetória do DAS, o que impossibilita categorizar a trajetória desse indivíduo em “sim” ou “não”.

7.6.2. Áreas da Educação:

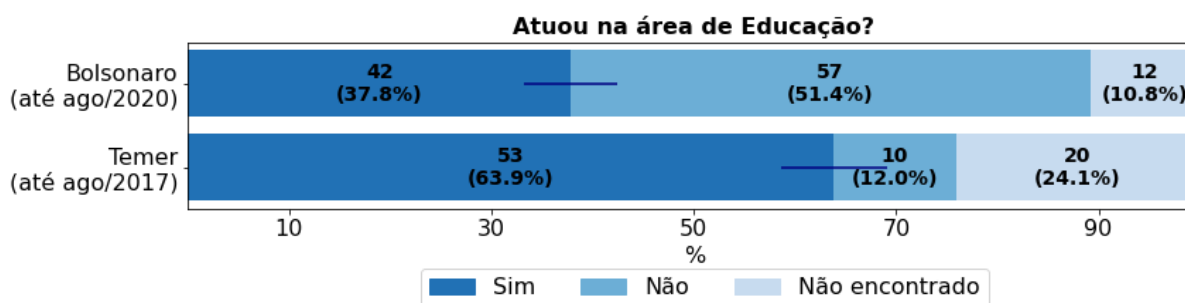


Figura 11: Distribuição de agentes públicos do MEC com cargos DAS 5 e 6 em exercício nos meses de janeiro a agosto de 2020 (mandato de Jair Bolsonaro) e de janeiro a outubro de 2017 (mandato de Michel Temer), que atuaram anteriormente na área de

⁵⁹ <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>

educação (azul escuro), que não atuaram (azul médio) e cuja informação não foi encontrada (azul claro). O número absoluto de servidores em cada segmento é indicado junto da respectiva fração em relação ao total do mandato. A barra de erro (linha horizontal azul escuro) indica o tamanho da variação esperada no número de respostas "sim" em caso de novas seleções de agentes, seguindo as mesmas probabilidades observadas.

No que envolve a pergunta: i) “já atuou na área da educação?”, observa-se maior concentração de agentes públicos com essa experiência no segundo ano da Gestão Temer, com 63,86% (53 atores). Na Gestão Bolsonaro, apenas 37,8% dos DAS 5 e 6 do MEC (42 atores) possuem experiência com essa temática. Logo, é possível verificar que há uma tendência de queda na expertise do alto escalão na área educacional, o que pode representar um custo maior na capacitação e especialização do corpo técnico do MEC na área de educação.

A vivência prévia dos agentes públicos com a área de educação agrega à gestão do MEC. As experiências em escolas, Instituições de Educação Superior, nas Administrações Diretas e Indiretas do MEC, em organizações da sociedade civil e em Conselhos que têm educação como pauta, são proveitosas para a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, uma vez que permitem que o tema “educação” seja analisado em diferentes frentes e abordagens. Diante da complexidade da educação brasileira, preocupa o Grupo de Parlamentares que assina este boletim que pouco mais de 50% (57 nomes) dos funcionários de alto escalão do Ministério não tenham contato com a temática. Para o segundo ano de mandato, a baixa especialização na área pode incidir diretamente na qualidade das políticas públicas educacionais, especialmente no momento de pandemia do novo coronavírus, que demanda soluções rápidas e urgentes e que, ao mesmo tempo, abarquem de forma efetiva os diferentes públicos-alvo beneficiados pela educação.

7.6.3 Cargos na Administração Pública Direta e/ou Indireta do MEC:

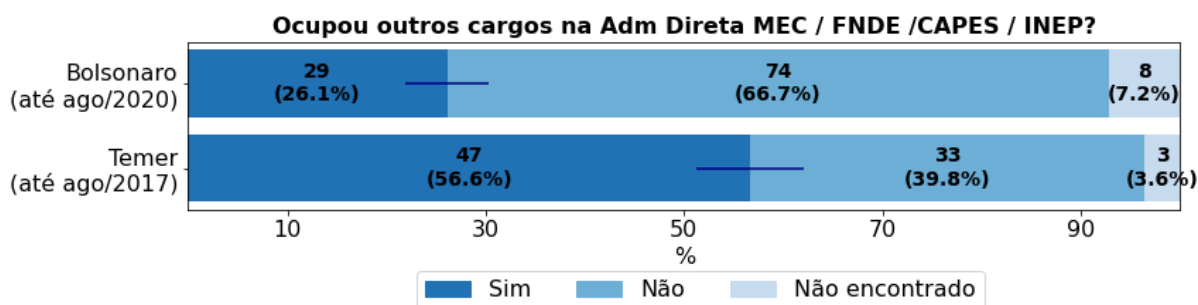


Figura 12: Igual à Fig. 11, mas quanto a se o agente já ocupou outros cargos na administração direta do MEC, no FNDE, na CAPES ou no INEP.

Em relação à pergunta ii) “já ocupou outros cargos na Administração Pública Direta ou Indireta do MEC/FNDE/Capes/Inep?”, verifica-se que, no segundo ano do Governo Temer, cerca de 56,6% (47 nomes) dos agentes do alto escalão possuíam carreira dentro do MEC. No segundo ano de Governo, é comum a

continuidade de nomes no comando das pastas a fim de dar prosseguimento com o planejamento do primeiro ano de gestão. Todavia, no segundo ano do Governo Bolsonaro, observa-se que apenas 26,1% dos DAS 5 e 6 (29 nomes) já atuaram no Ministério. A explicação para essa mudança pode ser explicada pela troca de Ministros de Estado entre os anos de 2019 e 2020, o que pode modificar as nomeações do alto escalão. Nesse período, o Ministério foi comandado por Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e pelo Ministro Milton Ribeiro.

Contudo, a diminuição do número de pessoas com prévia experiência no órgão responsável pelas políticas educacionais, representa uma ruptura significativa na estabilidade e na continuidade dos trabalhos. Preocupa ainda mais essa queda ocorrer em pleno período de pandemia, no qual, é necessário a readaptação das políticas e projetos educacionais existentes para o novo contexto e a criação de estratégias que minimizem a evasão escolar e mitiguem o aumento da desigualdade educacional nas diferentes modalidades da educação. Salienta-se, por fim, que a queda de agentes públicos de carreira em cargos de confiança pode comprometer as decisões tomadas pelos dirigentes, uma vez que a falta de expertise na burocracia do órgão pode dificultar a implementação de ações emergenciais e efetivas para a educação brasileira.

7.6.4. Atendeu as exigências estabelecidas no Decreto nº 9727/2019

O Decreto nº 9727/2019, promulgado em 15 de março de 2019, dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Para a ocupação de cargos DAS e FCPE 5 e 6, o Decreto é claro em seu Art. 5º:

- Além do disposto no art. 2º, os ocupantes de DAS e FCPE de níveis 5 e 6 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos; ou

III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

Cabe mencionar que o Art. 5º poderá ser dispensado, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão em que estiver alocado o DAS ou a FCPE ou do órgão ao qual se vincula a entidade em que o DAS ou a FCPE se encontra alocado, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga. Logo, **deve ser uma exceção**.

No caso do Ministério da Educação, a análise levou em consideração o atendimento dos três requisitos desejáveis, apesar de não obrigatório os seus cumprimentos simultâneos, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

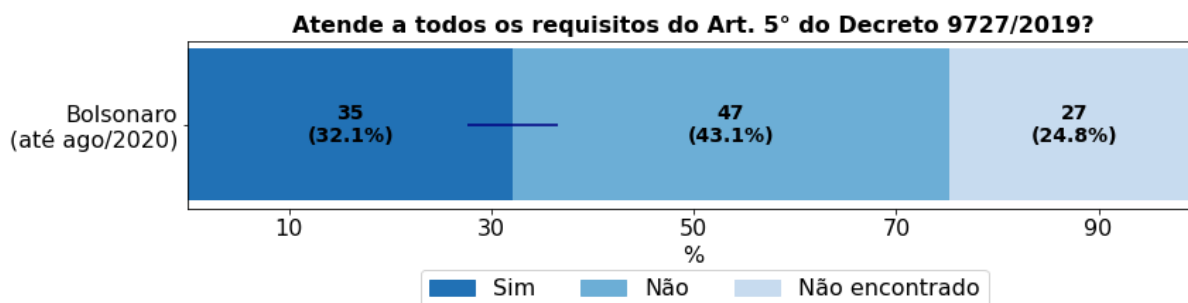


Figura 13: Igual à Fig. 11, mas quanto a se o agente cumpre todos os critérios listados no Art. 5º do Decreto 9727/2019, aplicado apenas ao governo Bolsonaro.

Dos 111 históricos profissionais analisados, observa-se que apenas 35 ou 31,53% dos agentes DAS 5 e 6 do Governo Bolsonaro no MEC cumprem com as três exigências presentes no Art. 5º do Decreto. A legenda N/A considera a trajetória dos dois Ministros de Estado da Educação no segundo ano da Gestão Bolsonaro e que não necessitam cumprir as exigências do Art. 5º da normativa. A fim de dar maior transparência ao cumprimento do estabelecido no Decreto nº 9727/2019, sugere-se que o MEC acrescente no “quem é quem” em quais os critérios exigidos os servidores nomeados se encaixam. Desse modo, seria possível identificar quais são os critérios priorizados pelo Ministério, além de avaliar a capacidade técnica do funcionário indicado para o cargo.

8. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Pontos principais:

- Em 2019, por meio da Portaria nº 244/2019, foi criada Comissão para análise do Banco Nacional de Itens. Essa desaconselhou cerca de 66 itens. No entanto, o teor das justificativas utilizadas pela Comissão para o desaconselhamento dos itens se deu sem nenhum tipo de fundamentação técnica ou critérios claros sobre o que embasaria as motivações. Aponta-se ainda que nenhum dos 3 membros da Comissão possui bagagem teórica em áreas do conhecimento das ciências exatas, ciências da natureza e em linguagens e seus códigos. Os membros também pautaram suas análises de forma discricionária, parcial, adotando métodos simplistas e sem a presença da equipe técnica do Inep nas reuniões;
- Desde o planejamento até a aplicação do Enem 2020, observou-se que a definição das datas de aplicação do Enem foi feita sem diálogo com os estudantes que já haviam se inscrito para realizar o exame ainda em 2020;
- É preocupante o cenário em que cerca de 740 mil estudantes podem ter ficado sem acesso à educação em 2020 e também sem perspectivas para receber informações sobre as provas do Enem e conseqüentemente sem conseguir realizar inscrição e participar dos exames para concorrer a vagas em universidades;
- A logística de aplicação e segurança, baseada nos protocolos de segurança sanitária da pandemia, não foram planejados corretamente, chegando a impedir que alunos realizassem as provas nos locais e dias agendados por superlotação dos locais de aplicação.
- O Enem 2020 foi marcado por uma alta taxa de abstenção, a maior desde 2009, chegando a 55,3% do total de candidatos confirmados no segundo dia do Enem Impresso e 71,3% na primeira edição do Enem Digital. Em detalhes, no dia 17/01 (primeiro dia de aplicação do Exame), 2.842.332 estudantes faltaram às provas (51,5% do total de inscritos). Já no dia 24/01 (segundo dia de aplicação do Exame) não compareceram cerca de 3.052.633 (55,3% do total). No dia 31/01, data de aplicação do Enem Digital, verificou-se uma abstenção de 68,1%. Dos mais de 93 mil inscritos para realizar o Enem Digital, apenas 29.703 fizeram as provas;
- A abstenção na reaplicação do Enem para os grupos que não conseguiram realizar a primeira edição em conjunto com a aplicação para pessoas privadas de liberdade não foi diferente: o percentual chegou a 72,6% no segundo dia de aplicação;
- Os problemas operacionais/tecnológicos de sistema evidenciam que ainda é preciso avançar para que um dia o Brasil tenha um Enem 100% digital. Deve-se considerar que no Ensino Fundamental cerca de 39,8% das escolas públicas não têm acesso à internet e 53,5% não possuem laboratório de informática e que no Ensino Médio cerca de 6,4% das escolas públicas não têm acesso à internet e 17,9% não possuem laboratório de informática, o que comprova que os avanços alcançados nesta área não têm sido suficientes para reduzir as desigualdades de infraestrutura escolares brasileiras;
- O adiamento da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio 2020 impactou o cronograma dos programas de acesso à Educação Superior, uma vez que os resultados serão divulgados em março de 2021. Cerca de 1 milhão de alunos deixarão de entrar nas IES privadas de acordo com levantamento preliminar realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- Para a edição de 2021, é necessário que o Ministério da Educação e o novo Presidente do Inep reavaliem o planejamento do Exame em um cenário de pandemia, dialoguem logo de início com estudantes, entes federados, com o Congresso Nacional e com as redes escolares e universitárias, estejam atentos às medidas de segurança e considerem que as desigualdades educacional e digital no Brasil são ainda fatores históricos preocupantes.

8.1. Os olhares da CEXMEC para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

Aplicado desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma avaliação de desempenho e de acesso de estudantes à Educação Superior, tanto em Universidades Públicas, quanto em Instituições de Ensino Superior Privadas, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e de programas do governo federal como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (Fies).

Nos primeiros meses de 2019, a aplicação do Enem estava em risco com a decretação de falência da empresa responsável pela impressão do Exame. A Comissão Externa responsável pelo acompanhamento do Ministério da Educação (CEXMEC) é criada em 2019, tendo como uma de suas incumbências fiscalizar e monitorar o desenvolvimento do Exame, além de estabelecer uma sub-relatoria voltada ao tema⁶⁰. Neste período, a Comissão encaminhou dois Requerimentos de Informação⁶¹, o RIC nº 611/2019 e o RIC nº 1177/2019, realizou duas visitas técnicas - uma à Secretaria de Educação Básica do MEC e outra ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) -, além de ter realizado uma Audiência Pública sobre o assunto. Em dezembro de 2019, a Comissão produziu um Relatório final⁶² contendo diagnósticos sobre a gestão e os trabalhos do Ministério da Educação e recomendações. Na sub-relatoria do Enem, foram propostas 9 recomendações ao MEC para melhorias e maior transparência na execução do certame.

Entre 2020 e 2021, apesar da suspensão dos trabalhos das Comissões devido à pandemia do novo coronavírus, o Grupo de Parlamentares que produz este Relatório deu continuidade às atividades de fiscalização, preocupado não somente com o andamento do Exame, mas também com a segurança, saúde e aprendizagem dos estudantes brasileiros, em um período marcado pelo aumento das desigualdades educacionais e das dificuldades de acesso às aulas por meio remoto.

Para isso, foram realizadas reuniões com o Inep nos dias 25 de junho de 2020 e 13 de janeiro de 2021⁶³ para tratar de temas como o acesso às provas pelos estudantes, o cumprimento das etapas logísticas do Exame, o cronograma de aplicação e a garantia de adoção das medidas sanitárias nos dias de prova.

Em maio de 2020 parte do Grupo de Parlamentares emitiu duas Notas de posicionamento⁶⁴ com manifestação contrária à posição do MEC de manter as datas do Exame Nacional do Ensino Médio 2020 em novembro sem o diálogo com estudantes, entes federados e representantes de Instituições de Educação Superior. Ainda em 2020 foram encaminhados 4 Requerimentos de Informação sobre o Exame - RIC 516/2020⁶⁵, RIC

60 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/ministerio-da-educacao-e-planejamento-estrategico/outros-documentos/PLANODETRABALHOCEXMEC.pdf>

61 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/ministerio-da-educacao-e-planejamento-estrategico/outros-documentos/pedidos-de-informacao>

62 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1844168&filename=REL+1/2019+CEXMEC

63 https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1lgq_AeBqIFQvZdGKdi_XYmPeWZjPKYnu

64 <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/14UA4FrSnN9nW57S-hPYeZBsXV885xIE0>

65 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2253598>

965/2020⁶⁶, RIC 1070/2020⁶⁷ e RIC 1607/2020⁶⁸. Por fim, este Grupo de Parlamentares abordou o tema no 1º Boletim sobre os trabalhos do MEC durante a pandemia⁶⁹. Os resultados destes trabalhos e a análise crítica deste Grupo sobre o Exame durante a pandemia encontram-se nas próximas páginas deste documento.

8.2. O ENEM em 2019

A edição de 2019 do Enem contou com a participação de 5,1 milhões de estudantes brasileiros, as provas foram realizadas nos dias 03 e 10 de novembro, para impressão da prova foi contratada com licença de licitação a gráfica Valid Soluções S.A., por R\$ 151,7 milhões, uma vez que a gráfica anteriormente detentora do contrato RR Donnelley, decretou falência⁷⁰.

Nesse contexto, ainda em 2019, foi instituída Comissão, de caráter consultivo, para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens (BNI) com a “realidade social” do Brasil. Desde a criação da Comissão, por meio da Portaria nº 244/2019⁷¹ até o andamento de suas atividades, não houve transparência a respeito dos critérios de escolha dos componentes do Exame e tampouco sobre a sua interferência na prova aplicada.

Durante a aplicação do Exame 2019 notou-se que para os estudantes com deficiência visual, a prova do Enem não garantiu a “utilização de computadores com leitor de tela” para melhorar a acessibilidade e prover a inclusão de fato com base no direito da pessoa cega⁷², apesar de garantir outras formas de recursos de acessibilidade. Ao final do processo, no dia 17 de janeiro de 2020, o INEP declarou que houve inconsistências nas notas de 5.974 candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.⁷³ Como ação realizada pelo órgão, no dia 20 de janeiro, o instituto após corrigir a nota dos estudantes prejudicados, prorrogou em dois dias o prazo para inscrição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

8.2.1. Diagnóstico sobre a Comissão que analisou o Banco Nacional de Itens (BNI)

Em resposta ao RIC 1607/2020,⁷⁴ o MEC revelou que a Comissão desaconselhou o uso de 66 questões de prova. Preocupa o Grupo de Parlamentares que fazem parte da Comex/MEC o teor das justificativas utilizadas pela Comissão para o desaconselhamento dos itens, sem nenhum tipo de fundamentação técnica ou critérios claros sobre o que embasaria as motivações. O Parecer CGU nº 67 de 14/01/2020 argumenta que a divulgação do conteúdo dos itens desaconselhados pode causar prejuízos ao próprio ato/decisão. O Inep

66 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2259736>

67 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260865>

68 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2266227>

69 https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1lgq_AeBqiFQvZdGKdi_XYmPeWZjPKYnu

70 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-04/grafica-responsavel-por-imprimir-enem-encerra-atividades-no-brasil>

71 https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67761552/do2-2019-03-20-portaria-n-244-de-19-de-marco-de-2019-67761398

72 http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/recursos-de-acessibilidade-atendem-mais-de-38-mil-participantes/21206

73 https://www.youtube.com/watch?v=dZUeNUNc2wg&feature=emb_title

74 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961037&filename=Tramitacao-RIC+1607/2020

também argumentou que a Comissão não tinha caráter deliberativo, logo todos os itens foram mantidos no Banco Nacional de Itens. Contudo, diante da não publicidade dos conteúdos, a Comissão não consegue avaliar se os itens desaconselhados pela Comissão foram mantidos ou não pelo Instituto.

Segue abaixo tabela contendo as áreas e as justificativas que aparecem no decorrer do RIC para o desaconselhamento dos itens:

Área	Quantidades De Itens Pré Testados E Novos Não Mantidos	Justificativas
Matemáticas E Suas Tecnologias	4	<ul style="list-style-type: none"> a. Leitura direcionada da história/ Direcionamento do Pensamento; b. Gera polêmica desnecessária/induz o jovem à infração da lei; c. Gera polêmica desnecessária em relação à ideia de casal; d. Gera polêmica desnecessária à favor da não redução da maioridade penal
Ciências Da Natureza E Suas Tecnologias	5	<ul style="list-style-type: none"> a. Gera polêmica desnecessária/ Direcionamento do controle de saúde; b. Gera polêmica desnecessária/ induz o jovem à comportamento antissocial; c. Gera polêmica desnecessária em relação à produção do campo; d. Gera polêmica desnecessária em relação ao sistema penal;
Linguagens E Códigos E Suas Tecnologias	28	<ul style="list-style-type: none"> a. Leitura direcionada da história/ Direcionamento do Pensamento; b. Gera polêmica desnecessária; c. Fere sentimento religioso; d. Fere sentimento religioso/ Ofensivo à força policial baiana; e. Leitura direcionada da história/ sugere-se substituir ditadura por regime militar; f. Descontextualização histórica do texto/ Distorção do papel da mulher; g. Fere sentimento religioso e liberdade de crença; h. Erro de digitação/ Sugere-se revisão; i. Gera polêmica desnecessária/ Ofende a opinião pública de modo geral;
Ciências Humanas E Suas Tecnologias	29	<ul style="list-style-type: none"> a. Leitura direcionada da história/ Direcionamento do Pensamento; b. Gera polêmica desnecessária; c. Leitura direcionada do contexto geopolítico/ Direcionamento do pensamento; d. Leitura direcionada da história/ interferência desnecessária na soberania de outro país.

Sobre os membros da comissão, essa era composta por:

MEMBRO	CURRÍCULO
<p>Marco Antônio Barroso Faria⁷⁵</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) em 2019; 2. Possui Licenciatura (2005) e Bacharelado (2006) em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialização (2006), Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em Ciência da Religião, área de concentração Filosofia da Religião, pela mesma instituição. É pós-doutor em Educação (2016-17) pelo PPGE da UFJF; 3. É professor e pesquisador da UEMG/Unidade de Ubá desde 2011, onde atua nas áreas de Filosofia e História das Ciências, estudando as correlações entre o saber científico e seus fundamentos metafísicos; Ética moderna; e as possíveis interações entre a Teoria do Conhecimento e Filosofia da Educação. Coordena o Grupo de Pesquisa em Educação e Humanidades do DCHL da UEMG-Ubá; 4. Membro da Associação Brasileira de História das Religiões, ABHR, Brasil e da Sociedade Brasileira de História da Ciência, SBHC, Brasil. 5. Possui projetos de pesquisa e artigos orientados pelo ex- Ministro da Educação Ricardo Vélez
<p>Antônio Maurício Castanheira Das Neves⁷⁶</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diretor de Estudos Educacionais do Inep em 2019; 2. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2001, com estágio pós-doutoral em Educação pela PUC-Rio em 2008; 3. É Mestre em Psicologia Social pela UFRJ. Especialista em Psiquiatria Social pela ENSP/FIOCRUZ (1984) e em Psicologia Social por comprovação de experiência profissional pelo Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo, Bacharel e Licenciado em Psicologia (CRP 4682/05). Graduado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ; 4. Foi Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET/RJ) de novembro de 2019 a julho de 2020. Coordena no CEFET/RJ um grupo de pesquisa sobre Gestão do conhecimento e da Inovação cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. 5. Foi avaliador Ad hoc de cursos de graduação de 2006 a Janeiro de 2019. Professor Titular Aposentado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro. Foi Coordenador Geral de Pesquisa e Pós-Graduação (2002 a 2006) e Professor Titular do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis (2006 a 2011);

75 <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4559937H3>

76 <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4760670P7>

	<ol style="list-style-type: none"> 6. Foi nomeado pelo Ministro Milton Ribeiro diretor pro tempore do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ); 7. Participou de banca de avaliação de tese de doutorado em conjunto com o ex-Ministro Ricardo Vélez.
<p style="text-align: center;">Gilberto Callado De Oliveira⁷⁷</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina; 2. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1981) e doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade de Navarra, Espanha (1987); 3. Atualmente é professor da Universidade do Vale do Itajaí, professor contratado da Universidade Cândido Mendes e professor da Escola de Aperfeiçoamento do Ministério Público; 4. Presidente do Círculo Monárquico de Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, capital catarinense); 5. É monarquista e amigo de longa data da Família Imperial Brasileira⁷⁸.

Ainda, conforme o RIC 1607/2020, outros elementos são considerados pontos de atenção:

1. Os membros do grupo pediram para realizar a leitura e discussão das questões sem a presença de membros da Coordenação-Geral de Exames para Certificação (CGEC/DAEB) do INEP, responsáveis pela produção e validação das questões do Enem;
2. Os inspetores receberam um carimbo com "sim/não" para marcar itens aprovados ou barrados. As justificativas para o desaconselhamento foram apresentadas via planilha do excel (que podem ser visualizadas tanto na resposta ao RIC, quanto em tabela já apresentada por este relatório);
3. Optaram por fazer leitura dividida dos itens, logo, um caderno foi dividido em 3 partes - um para cada membro da Comissão. Os itens que tivessem parecer pela não manutenção foram alvo de discussão dos membros.

Observa-se que a logística de análise dos itens abriu espaço para a discricionariedade, uma vez que esses dividiram a análise dos cadernos de prova por área, ou seja, nenhum deles avaliou todos os cadernos ao mesmo tempo. Logo, suas análises pelo desaconselhamento de itens ocorreram com base em parcialidade, a partir das percepções de um único membro. Além disso, as avaliações e discussões não tiveram a participação da equipe técnica do Inep, isto é, dos servidores que possuem vasto expertise acerca do histórico do Exame e da alimentação do BNI e que poderiam auxiliar os membros da Comissão no detalhamento de suas justificativas. O método de fundamentar a aprovação ou não de itens via carimbo de "sim/não" é

⁷⁷ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4775780P0>

⁷⁸ <https://www.facebook.com/promonarquia/posts/2416771841892725/> ;

<https://www.facebook.com/promonarquia/photos/a.1515099415393310/2278450632391514/>; <https://monarquia.org.br/>

simplista, devendo ser respaldado por uma gama de critérios que poderiam auxiliar no detalhamento técnico e acadêmico das justificativas.

8.3. ENEM 2020

Com relação à aplicação da edição do Enem 2020, vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 tem representado um cenário extremamente desafiador para a economia e a sociedade brasileira como um todo. Na educação e, em particular, na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não tem sido diferente. Apesar dos esforços empreendidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo INEP na realização desse exame, que incluíram tanto a aplicação de provas impressas quanto o ENEM digital, e ainda a reaplicação do exame em novas datas para aqueles impedidos de realizá-lo nas datas originais, os resultados obtidos situaram-se **aquém do desejado**. Como exemplos dos problemas apresentados, destacam-se:

- A definição das datas de aplicação do Enem foi feita sem diálogo com os estudantes⁷⁹ que já haviam se inscrito para realizar o exame ainda em 2020;
- Por um lado, não ficou claro quais seriam os protocolos de segurança durante a aplicação ou essas informações não chegaram aos inscritos no exame, dado que a aplicação teve como consequência taxas recordes de abstenção em todas etapas de aplicação do Enem 2020 (impressa, digital e reaplicação); e
- A logística de aplicação e segurança, baseada nos protocolos de segurança sanitária da pandemia, não foram planejados corretamente, chegando a impedir que alunos realizassem as provas nos locais e dias agendados por superlotação dos locais de aplicação.

Complementar as questões ocorridas acima, também foi possível notar problemas durante o período de inscrição no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como: travamento durante as etapas da inscrição; não geração do boleto bancário para pagamento; e não confirmação da inscrição de alguns estudantes. Segundo o requerimento de informação RIC-516-2020, o INEP informou que mesmo os estudantes que poderiam ter maior probabilidade de serem prejudicados por não terem acesso à internet tiveram acesso às informações e aos recursos tecnológicos necessários para realizar sua inscrição no exame.

Neste contexto, o órgão informou que 60% das inscrições na edição de 2020 foram realizadas por meio de dispositivo móvel-celular e 40% por desktop-computador. Com relação às informações prestadas pelos estudantes, que solicitaram isenção de inscrição, 2.398.227 (75,6%) informaram possuir internet em casa e 3.116.026 (98,3%) informaram possuir celular.

Embora haja estudantes sem acesso à internet que tenham conseguido se inscrever no Enem 2020, os dados da pesquisa realizada pelo IPEA⁸⁰ demonstram que ainda temos um contingente significativo de estudantes de escola pública sem acesso à internet em seus domicílios, o que poderia comprometer tanto a inscrição deles no exame quanto o acesso às informações básicas relativas à aplicação das provas. Segundo o IPEA, cerca de 10% dos estudantes de Ensino Médio em escolas públicas não possuem acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa - tal percentual representa cerca de 740 mil estudantes que podem ter ficado sem

79 Durante o mês de junho de 2020, o Inep realizou uma enquete virtual para descobrir em qual data os estudantes gostariam de realizar as provas. Segundo o levantamento, cerca de 49,7% dos estudantes optaram pela aplicação do Enem impresso nos dias 2 e 9 de maio de 2021 e do Enem digital nos dias 16 e 23 de maio. Porém, no final, nenhuma dessas datas foi escolhida pelo INEP.

80 https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf

acesso à educação em 2020 e também sem perspectivas para receber informações sobre as provas do Enem e conseqüentemente sem conseguir realizar inscrição e participar dos exames para concorrer a vagas em universidades.

Acerca do perfil dos estudantes de ensino médio sem acesso domiciliar à internet de qualidade, observa-se que: 38% é composto por mulheres negras ou indígenas, 12% por mulheres brancas ou amarelas, 39% por homens negros ou indígenas e 11% por homens brancos ou amarelos. Dessa forma, alguns grupos de estudantes podem ter sido mais prejudicados que outros, devido às dificuldades enfrentadas pela educação brasileira em 2020. Deve-se considerar ainda que estudantes de 16 e 17 anos mais ricos, das classes A e B, passam, na média, cerca de 3 horas e 20 min assistindo aulas à distância ou realizando atividades escolares. Na classe C, o tempo de estudo cai para 2 horas e 21 min⁸¹.

Por outro lado, mesmo que o público inscrito não represente 100% dos estudantes de escola pública, ressalta-se que a quantidade de inscrições provenientes de escola pública no Enem 2020 foi de 1.149.759, o que, segundo o INEP, representa um aumento de 11% do total de inscritos com relação ao ano anterior. De todas as solicitações de inscrição, 61% foram feitas por móvel-celular e 39% por desktop-computador.

Os estudantes que não conseguiram fazer a primeira edição da prova poderiam realizar novamente as provas nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2021. Mais especificamente, trata-se dos estudantes que tiveram diagnóstico de Covid ou doenças infectocontagiosas na véspera do exame⁸²; e os estudantes que não puderam fazer o Enem por problemas de infraestrutura, como salas lotadas ou falta de luz nos locais de prova. Ressalta-se que a aplicação da prova no final de fevereiro também foi disponibilizada para os estudantes do estado do Amazonas que não puderam realizar a prova na primeira aplicação do Enem 2020, devido ao decreto publicado pelo governo do Amazonas no dia 14/01/2021, suspendendo a aplicação das provas em decorrência do estado de calamidade pública causado pelo aumento de casos de Covid-19.

Com base no requerimento de informação RIC-1607-2020 podemos observar que, o INEP, em complementação ao planejamento logístico inicialmente previsto para 2020, adotou procedimentos de aplicação do Exame considerando medidas de proteção para enfrentamento da emergência da saúde pública - Covid-19, tais como:

- locação de novas salas para realização das provas, considerando as medidas de distanciamento social exigidas entre os participantes;
- adaptação e controle dos espaços coletivos nos locais de provas nos dias de aplicação do Exame;
- disponibilização de equipamento de proteção individual e higienização, como máscaras e álcool em gel;
- realização de capacitação específica sobre os procedimentos de segurança sanitária nos dias de aplicação das provas;
- Garantia de que pessoas do grupo de risco, gestantes, lactantes e idosos possam realizar as provas do Enem 2020 em salas com número reduzido de participantes.

⁸¹ <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-tempo-para-escola-na-pandemia>

⁸² O Inep já aprovou 13.716 do total de 18.210 solicitações de reaplicação da prova relacionadas ao novo coronavírus que recebeu até o dia 24/01/2021.

Assim, a ocorrência de diversos estudantes terem sido impedidos de entrar nas escolas no dia da primeira fase do Enem devido ao fato de as salas de aplicação estarem "lotadas"⁸³, chama atenção e levanta uma questão se o planejamento logístico para aplicação das provas foi feito corretamente ou não, levando em consideração todos os protocolos sanitários exigidos para tornar os locais de prova seguros para os estudantes.

No que se refere à aplicação do Enem Digital, embora o modelo tenha sido piloto em 2020, observou-se que candidatos de Belo Horizonte tiveram que esperar até 2 horas para o início da prova; no Distrito Federal, estudantes foram dispensados após erro no sistema; no Tocantins, problemas técnicos foram registrados em pelo menos três locais de provas e no Amapá, um local do exame no estado apresentou problemas estruturais, sendo assim interditado⁸⁴, dessa forma, foi possibilitado aos estudantes afetados realizar as provas no final de fevereiro.

8.4. O ENEM 2020 foi um sucesso?

O Ministro da Educação em coletiva de imprensa realizada na data de 17 de janeiro anunciou que a aplicação do Enem 2020 foi um sucesso, acontecendo ainda em pleno contexto da pandemia⁸⁵. Contudo, um fato que chamou a atenção na aplicação do Enem 2020 foi **a alta taxa de abstenção**, a maior desde 2009, chegando a 55,3% do total de candidatos confirmados no segundo dia do Enem Impresso e 71,3% na primeira edição do Enem Digital. Em detalhes, no dia 17/01 (primeiro dia de aplicação do Exame), 2.842.332 estudantes faltaram às provas (51,5% do total de inscritos), já no dia 24/01 (segundo dia de aplicação do Exame) não compareceram cerca de 3.052.633 (55,3% do total). No dia 31/01, data de aplicação do Enem Digital, verificou-se uma abstenção de 68,1%. Dos mais de 93 mil inscritos para realizar o Enem Digital, apenas 29.703 fizeram as provas. Abaixo é possível avaliar o nível de inscritos e abstenções por estado nas datas de 17 e 24 de janeiro de 2021, conforme resposta do MEC ao Ofício nº 068/2021/GAB/846⁸⁶:

UF ⁸⁷	INSCRITOS	AUSENTES (%) - 17/01	AUSENTES (%) - 24/01
AC	40.674	51,50%	54,80%
AL	100.723	46,40%	49,10%
AP	46.483	53,90%	55,90%
BA	444.744	51,00%	53,70%
CE	322.583	47,90%	51,00%
DF	113.177	51,20%	53,70%
ES	104.532	52,50%	57,70%

83 Casos assim foram registrados no PR, RS, SC e SP.

84 Segundo o INEP, os estudantes que fariam as provas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) foram remanejados para realizarem as provas nos dias 23 e 24 de fevereiro devido a interdição do IFAP pela Defesa Civil do Amapá.

85 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/inep-da-entrevista-coletiva-sobre-o-primeiro-dia-de-provas-do-enem>

86 <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1V6l8CGWqozlITClln6RlBdwu3WLg1SG2>

87 Os estados de Amazonas e alguns municípios de Rondônia não realizaram a aplicação do Enem tradicional nas datas de 17 e 24 de janeiro de 2021 devido a política de *lockdown*, motivada pelo aumento de casos do novo coronavírus e pela escassez de leitos nas redes hospitalares.

GO	209.350	54,00%	58,40%
MA	236.840	49,20%	54,80%
MG	568.560	52,80%	57,80%
MS	82.638	57,20%	61,00%
MT	98.924	57,10%	60,10%
PA	330.322	50,30%	54,60%
PB	161.495	44,90%	47,30%
PE	312.891	48,40%	52,20%
PI	133.293	47,40%	51,30%
PR	233.215	52,20%	54,90%
RJ	380.690	51,80%	55,20%
RN	129.102	46,90%	49,60%
RO*	64.827	64,50%	63,10%
RR	16.837	59,30%	63,50%
RS	245.877	51,90%	56,20%
SC	118.197	52,80%	55,50%
SE	86.895	46,20%	49,60%
SP	881.916	54,00%	58,60%
TO	58.244	54,40%	58,70%
BRASIL	5.523.029	51,50%	55,30%

Com base na tabela acima, observa-se que com exceção dos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, as abstenções nos dois dias de Enem encontram-se acima dos 50%: ou seja, mais da metade dos inscritos no Exame versão tradicional não compareceram aos locais de prova em pelo menos um dos dias de aplicação. Além disso, cabe mencionar que, com exceção do Rio Grande do Norte e de Rondônia, as abstenções de inscritos no segundo dia de prova aumentam, quando comparamos com o dia 17 de janeiro. Notam-se ainda taxas de abstenção acima de 60% nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Até a data de envio do ofício e recebimento da resposta, o MEC informou que os dados sobre o perfil socioeconômico dos participantes do Enem 2020, bem como a porcentagem de alunos ausentes que é proveniente da rede pública de ensino, não estão disponíveis, pois a consolidação dos registros individuais de presença depende do processamento de todos os materiais de provas (lista de presença e atas de sala) e poderão ser disponibilizados após a divulgação dos resultados do Exame.

A abstenção na reaplicação do Enem para os grupos⁸⁸ que não conseguiram realizar a primeira edição em conjunto com a aplicação para pessoas privadas de liberdade⁸⁹ não foi diferente: o percentual chegou a 72,6% no segundo dia de aplicação. Vale lembrar que fatores como: o avanço da pandemia de covid-19; a falta de aulas e assistência remota à parte dos estudantes durante o ano letivo de 2020 e a data de aplicação diferente da realizada em outras edições da prova podem ter afetado a escolha dos estudantes em participar ou não da edição 2020.

Além disso, os problemas operacionais/tecnológicos de sistema evidenciam que ainda é preciso avançar para que um dia o Brasil tenha um Enem 100% digital. Deve-se considerar que no Ensino Fundamental cerca de 39,8% das escolas públicas não têm acesso à internet e 53,5% não possuem laboratório de informática e que, no Ensino Médio, cerca de 6,4% das escolas públicas não têm acesso à internet e 17,9%⁹⁰ não possuem laboratório de informática, o que comprova que os avanços alcançados nesta área não têm sido suficientes para reduzir as desigualdades de infraestrutura escolar brasileira.

Sobre as medidas de segurança sanitária adotadas no Enem 2020, é possível observar diversos relatos de incoerências quanto à segurança sanitária na aplicação do exame. Diante de diversos relatos de aglomerações e superlotação de salas por todo o Brasil, a Defensoria Pública da União (DPU)⁹¹ criou o Observatório do Enem 2020 para acolher as denúncias de estudantes em relação a dificuldades e problemas relacionados à participação no exame .

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)⁹² também disponibilizou um endereço eletrônico para reunir informações para amparar medidas judiciais e também extrajudiciais, para que os estudantes que presenciaram ou foram vítimas de algo que considerem errado / injusto ou que tenham tido a saúde colocada em risco.

No Distrito Federal, houve relatos de aglomeração e não aferição de temperatura na entrada de uma das escolas onde foram aplicadas as provas. Nos três Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, candidatos afirmaram que foram informados que teriam que fazer a reaplicação do Enem por conta da superlotação de salas.

Ainda, deve-se considerar que o adiamento da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio 2020 impactou o cronograma dos programas de acesso à Educação Superior, uma vez que os resultados serão divulgados em março de 2021. Como significativa parcela das Instituições de Educação Superior Privadas iniciam o

88 O grupo é composto por estudantes dos em que a prova foi suspensa por causa da pandemia: 163.444 do estado do Amazonas, 969 na cidade de Espigão D'Oeste (RO) e 2.863 em Rolim de Moura (RO); e por 66.860 estudantes que estavam com doenças infectocontagiosas durante a primeira aplicação, que enfrentaram problemas logísticos dos locais de provas ou que não puderam fazer as provas por encontrarem salas lotadas nos locais de aplicação.

89 O grupo de pessoas privadas de liberdade era composto por 41.864 inscritos, que por sua vez, prestam o Enem dentro de unidades prisionais e socioeducativas.

90 Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 do Todos Pela Educação. Disponível em:
https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf

91 <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdqhdjNjiiCnOZqF7Me8sTFNsNR1fSkdeE8xaFswKyxRiYhg/viewform?fbclid=IwAR3wwNxKCCDn28TrUuoit8EF90GCvaYvOxQOfKX-46bf68Pq7pCfczGuSFY>

92 <https://ubes.org.br/2021/denuncia-enem-ubes-abre-canal-para-receber-e-encaminhar-relatos/>

calendário letivo de aulas em fevereiro, o MEC informou em dezembro de 2020⁹³, que os estudantes poderão participar dos processos seletivos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), edições do 1º semestre de 2021, utilizando as notas de edições anteriores do Exame.

Com isso, cerca de 1 milhão⁹⁴ de alunos deixarão de entrar nas IES privadas de acordo com levantamento preliminar realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)⁹⁵. Considera-se ainda que cerca de 63% dos jovens consideram que a experiência com a realização das provas do Enem 2020 afetaram negativamente a intenção de realizar uma prova de vestibular em formato presencial durante a pandemia. Além disso, cerca de 32% afirmaram que não se sentiram confortáveis em realizar uma prova presencial por conta da pandemia.⁹⁶

Diante deste diagnóstico, aponta-se que o Exame Nacional do Ensino Médio - edição 2020 apresentou graves problemas, no que se concerne a: abstenção, planejamento e logística e até mesmo na adoção de medidas de segurança sanitárias nas datas de aplicação. Logo, a afirmação de que o Enem 2020 foi um sucesso, deve ser vista com cautela. Para a edição de 2021, é necessário que o Ministério da Educação e o novo Presidente do Inep reavaliem o planejamento do Exame em um cenário de pandemia, dialoguem logo de início com estudantes, entes federados, Congresso Nacional e redes escolares e universitárias, estejam atentos às medidas de segurança e considerem que as desigualdades educacional e digital no Brasil são ainda fatores históricos preocupantes. Para o último caso, a adoção de políticas públicas transversais, tendo como um dos enfoques prioritários os estudantes que estão terminando o ciclo da Educação Básica e realizarão o Enem, é um dos caminhos para a solução do problema. É necessário, porém, que essa estratégia política seja tratada imediatamente.

9. Conclusão

Por meio deste Terceiro Boletim, os parlamentares entregam à sociedade uma análise sobre a execução orçamentária do Ministério da Educação durante o período da pandemia, sobre o quadro de pessoas dentro do Ministério em 2020 e uma avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2020), aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Diante do acima exposto, considera-se preocupante que o cenário orçamentário do MEC, de maneira geral, apresente queda no decorrer dos anos. Agrava-se ainda ao fato desta baixa ocorrer em pleno período de pandemia, no qual se faz necessário maior investimento em políticas públicas emergenciais e que sirvam de solução para a dificuldade de acesso em conectividade de parcela significativa da população brasileira e que mitiguem os efeitos da desigualdade educacional e da evasão escolar.

Aponta-se ainda a necessidade de se promover maior estabilidade nos cargos estratégicos do Ministério e de se alocar pessoas, considerando fatores como familiaridade com as áreas de educação, a diversidade e que tenham expertise para lidar com o tema, especialmente em um período de crise como o ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. A estabilidade no quadro de pessoal gera também maior eficiência das

93 Nota à imprensa — Português (Brasil) (www.gov.br)

94 <https://forumensinosuperior.org.br/noticias/item/estadao-faculdades-privadas-estimam-perda-de-1-milhao-de-calouros>

95 <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4249/faculdades-privadas-estimam-perda-de-1-milhao-de-calouros>

96 <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/16pCyqO6kAE3DBIZ5HEfWUBEmXCna2QM4>

políticas públicas educacionais, além de permitir o monitoramento e a fiscalização dessas pelo órgão com maior qualidade.

Por fim, é necessário que o MEC avalie as dificuldades encontradas no planejamento e na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio, edição 2020, visto que o mesmo planeja aplicar a edição do Exame em 2021 nos meses de novembro e dezembro. Com a instabilidade provocada pela pandemia do novo coronavírus, é imprescindível que o Exame seja mais acessível e somente seja aplicado quando as recomendações sanitárias e de segurança estejam asseguradas em todos os locais de prova. As altas taxas de abstenção nas provas tradicional, digital e de reaplicação comprovam que a afirmação de que o Enem 2020 foi um sucesso deve ser vista com cautela.

Anexo 1 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO MEC⁹⁷

TABELA 1

AÇÃO	AUTORIZADO 2019	AUTORIZADO 2020	EMPENHADO LIQUIDADO 2019	EMPENHADO LIQUIDADO 2020	PAGO 2019	PAGO 2020
0000 - Concessão De Bolsas De Apoio À Educação Básica	805,227,304	327,851,538	799,842,594	327,850,476	748,246,387	257,492,341
000W - Apoio À Manutenção Da Educação Infantil	332,456,196	25,825,534	82,440,370	25,825,450	79,502,436	24,389,530
00PH - Concessão De Bolsas E Auxílio Financeiro Na Educação De Jovens E Adultos E Em Programas De Elevação De Escolaridade Integrados À Qualificação Profissional E À Participação Cidadã	1,000,000	0	261,400	0	69,700	0
00PI - Apoio À Alimentação Escolar Na Educação Básica (Pnae)	4,023,693,011	4,348,278,257	3,979,930,485	4,337,689,714	3,959,194,865	4,316,320,169
0509 - Apoio Ao Desenvolvimento Da Educação Básica	773,293,265	696,621,134	760,981,962	693,912,263	609,070,337	266,741,249
0515 - Dinheiro Direto Na Escola Para A Educação Básica	2,031,202,115	1,889,202,115	1,914,848,996	1,888,393,846	1,067,002,947	1,347,420,934
0969 - Apoio Ao Transporte Escolar Na Educação Básica	709,000,000	720,000,000	705,869,858	720,000,000	696,591,288	720,000,000
0E36 - Complementação Da União Ao Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação - Fundeb	17,515,192,764	16,462,104,053	17,515,192,764	15,462,104,053	15,243,146,156	12,731,488,810
0E53 - Aquisição De Veículos Para O Transporte Escolar Da Educação Básica - Caminho Da Escola	494,538,499	175,544,105	493,437,603	175,127,814	0	3,553,410

⁹⁷ Elaboração Conof/Cd. Fonte: SIOF Gerencial - Execução Orçamentária. Consulta em 8/2/2021 às 17:39 e Execução Orçamentária 0E36, em 9/2/2021, às 16h19min.

12KU - Apoio À Implantação De Escolas Para Educação Infantil	30,528,128	75,000,000	30,293,059	75,000,000	3,927,205	44,393,387
12KV - Implantação E Adequação De Estruturas Esportivas Escolares						
20RJ- Apoio À Capacitação E Formação Inicial E Continuada Para A Educação Básica	68,200,000	73,546,678	63,812,523	71,160,987	35,293,272	31,437,729
20RM - Exames E Avaliações Da Educação Básica	1,060,304,072	872,828,938	1,004,006,467	768,759,736	618,782,949	215,122,543
20RP - Apoio À Infraestrutura Para A Educação Básica	2,706,179,651	1,102,359,207	1,892,607,328	1,101,108,691	49,557,796	110,083,501
20RQ - Produção, Aquisição E Distribuição De Livros E Materiais Didáticos E Pedagógicos Para Educação Básica	2,166,246,541	1,942,761,613	2,130,346,170	1,928,584,895	865,370,262	1,026,678,722
20RU - Gestão Educacional E Articulação Com Os Sistemas De Ensino	1,700,000		657,344		566,889	
213M - Apoio A Iniciativas De Valorização Da Diversidade, De Promoção Dos Direitos Humanos E De Inclusão	700,000		0		0	
214V - Apoio À Alfabetização, À Educação De Jovens E Adultos E A Programas De Elevação De Escolaridade, Com Qualificação Profissional E Participação Cidadã	24,622,147	7,596,215	19,198,398	7,595,983	0	0

Tabela 2.

AÇÃO	AUTORIZA DO 2019	AUTORIZAD O 2020	EMPENHADO LIQUIDADO 2019	EMPENHADO LIQUIDADO 2020	PAGO 2019	PAGO 2020
15R4 - Apoio À Expansão, Reestruturação E Modernização Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	256,709,910	83,982,379	256,441,484	81,775,992	20,370,982	6,525,886
20RG - Expansão E Reestruturação De Instituições Federais De Educação Profissional E Tecnológica	235,909,831	284,655,357	39,084,877,38	63,538,752,81	32,911,859,11	54,139,705,33
20RL - Funcionamento Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	1.967.213.623,00	1.881.829.082,00	1.349.359.637,96	1.030.067.377,3	1.304.376.525,88	997.098.379,41
20RW - Apoio À Formação Profissional, Científica E Tecnológica	54,000,000		45,382,651		23,472,614	
219U - Apoio Ao Funcionamento Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	47,232,556	25,336,500	45,169,179	23,212,086	519,380	5,452,749
21B3 - Fomento Às Ações De Pesquisa, Extensão E Inovação Nas Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica		17,805,624		17,581,670		157,831
21B4 - Fomento Ao Desenvolvimento E Modernização Dos Sistemas De Ensino De Educação Profissional E Tecnológica		63,272,346		60,843,089		34,829,404
21B5 - Avaliação Da Educação Profissional E Tecnológica		503,308		0		0
6380 - Fomento Ao Desenvolvimento Da Educação Profissional E Tecnológica	10,750,000		10,306,043		99,266	
8652 - Apoio À Rede Pública Não Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica	51,355,099		48,199,931		0	

Tabela 3

AÇÃO	AUTORIZADO O 2019	AUTORIZADO 2020	EMPENHADO LIQUIDADO 2019	EMPENHADO LIQUIDADO 2020	PAGO 2019	PAGO 2020
0048 - apoio a entidades de ensino superior não federais	71,665,039	57,087,041	60,218,887	51,846,068	0	0
00P1 - apoio à residência em saúde	640,000,000	653,005,556	633,765,655	639,698,969	594,702,340	600,123,484
00QC - concessão de bolsas do programa mais médicos		81,608,000		79,740,000		72,370,000
00QH - concessão de bolsas no âmbito do programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento das instituições de ensino superior (proies)	248,179,339	131,223,860	248,179,339	131,223,860	185,986,798	116,211,378
0487 - concessão de bolsas de estudo no ensino superior	2,656,425,312	2,439,967,965	2,656,927,194	2,436,976,018	2,473,906,592	2,163,301,429
0A12 - concessão de bolsa permanência no ensino superior	184,578,343	174,848,600	181,013,200	174,025,000	162,931,100	169,698,600
152X - ampliação e reestruturação de instituições militares de ensino superior	20,000,000	4,835,534	20,000,000	4,835,534	0	0
15R2 - implantação do novo campus do instituto nacional de matemática pura e aplicada por organização social (lei 9637/98)	10,000,000		0		0	
15R3 - apoio à expansão, reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior	264,654,579	243,235,770	262,367,975	243,007,896	13,645,027	26,547,820
20GK - fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	136,502,163	130,538,190	135,368,629	129,898,509	114,276,624	98,573,259
219V - apoio ao funcionamento das instituições federais de educação superior	193,893,233	59,607,237	190,021,398	58,985,648	90,878,343	12,074,436
2317 - acesso à informação científica e tecnológica	431,397,058	480,343,221	443,095,814	470,870,338	359,957,817	387,250,633

6344 - regulação e supervisão dos cursos de graduação e de instituições públicas e privadas de ensino superior	1,610,000	996,300	920,258	668,146	766,778	471,690
8282 - reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior	809.952.253,0 0	758.777.478,0 0	435.377.220,8	451.380.040,3 8	422.125.880,58	442.964.786,2 6
20RK - funcionamento de instituições federais de ensino superior	4.415.486.302 ,00	4.314.758.911, 00	3.369.642.743 ,21	2.641.244.169 ,55	3.305.372.624, 62	2.568.349.161, 81

Tabela 4

Ação	Autorizado 2020	Empenhado Liquidado 2020	Pago 2020
21C0 - Enfrentamento Da Emergência De Saúde Pública De Importância Internacional Decorrente Do Coronavirus	263,403,998	227,779,955	64,654,173

Tabela 5

Ação	Autorizado 2019	Autorizado 2020	Empenhado Liquidado 2019	Empenhado Liquidado 2020	Pago 2019	Pago 2020
20RN - Avaliação Da Educação Superior E Da Pós-Graduação	119,352,589	78,876,264	106,180,301	28,980,833	71,812,908	10,039,104
4000 - Estudos, Pesquisas E Avaliações De Políticas Educacionais	4,591,529	6,507,198	4,324,960	4,090,736	3,234,200	3,275,781
4014 - Censo Escolar Da Educação Básica	11,131,200	6,496,913	8,329,798	5,157,296	4,284,514	2,095,954
6503 - Censo Da Educação Superior	1,080,000	644,158	433,336	56,667	103,719	29,453